



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



SEÇÃO DE COMPRAS - DIADEMA

Edital nº 67/2026/SEÇÃO DE COMPRAS - DIADEMA

Diadema, 26 de janeiro de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO

90113/2025

CONTRATANTE (UASG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

UASG: 153031

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL) NAS MODALIDADES LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN) E LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI) A SER EXECUTADO DE FORMA CONTÍNUA, PREVENDO A DESTINAÇÃO DE ENTRONCAMENTOS DIGITAIS (E1) COM GARANTIA DE QUALIDADE DE SERVIÇO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPORTE TÉCNICO PREVENTIVO, CORRETIVO E ADAPTATIVO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 105.932,91 (cento e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/02/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR GRUPO

MODO DE DISPUTA

ABERTO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90113/2025.

(Processo Administrativo nº 23089.012960/2025-51)

Torna-se público que o(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, por meio do(a) SETOR DE COMPRAS, sediado(a) na RUA SÃO NICOLAU, 210 - CENTRO - DIADEMA - SP - CEP 09913-030,

realizará licitação para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL) NAS MODALIDADES LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN) E LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI) A SER EXECUTADO DE FORMA CONTÍNUA, PREVENDO A DESTINAÇÃO DE ENTRONCAMENTOS DIGITAIS (E1) COM GARANTIA DE QUALIDADE DE SERVIÇO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPORTE TÉCNICO PREVENTIVO, CORRETIVO E ADAPTATIVO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 07 (sete) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. Sociedades cooperativas;

3.7.4. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; e

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.5. e 3.7.6. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1. e 9.13.2. deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para

reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5(cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4. ou 5.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário ou desconto unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante; e

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100% (cem por cento).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos

termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três,

oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5%(cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.22.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.22.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico(PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.22.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.22.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.22.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.22.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.22.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.22.1.1., por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.22.1.2., na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.22.1.3. caso esse direito não seja exercido.

7.22.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; e

7.24.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme

orientações dos órgãos de controle.

7.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2.2. empresas brasileiras;

7.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e

7.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual

desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou pelo e-mail compras.diadema@unifesp.br.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da

Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail compras.diadema@unifesp.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2. e 10.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e

disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.9. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10(dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico comprasnet.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1., 14.1.2. e 14.1.3., a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7., 14.1.8. e 14.1.9., a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1., 14.1.2., 14.1.3. e 14.1.4., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7., 14.1.8. e 14.1.9., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1., 14.1.2. e 14.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2(dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [e-mail compras.diadema@unifesp.br](mailto:e-mail_compras.diadema@unifesp.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência (3177336);

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (3138368);

16.11.2. Anexo II - Mapeamento de Riscos (2898852);

16.11.3. Anexo III - Modelo de Atestado Vistoria (2987094);

16.11.4. Anexo IV - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (3051263);

16.11.5. Anexo V - Termo de Ciência de Sigilo (3050742);

16.11.6. Anexo VI - Minuta de Contrato (3050890);

16.11.7. Anexo VII - Pesquisa de Preços (2900700); e

16.11.8. Anexo VIII - Minuta de Ata de Registro de Preços (3165800).

CLEIBSOM CARLOS ALVES CABRAL
PREGOEIRO
UNIFESP - CAMPUS DIADEMA

ANDRÉ APARECIDO RAMOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO
UNIFESP - CAMPUS DIADEMA



Documento assinado eletronicamente por **Cleibson Carlos Alves Cabral, Assistente em Administração**, em 26/01/2026, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Aparecido Ramos, Diretor(a) de Departamento**, em 26/01/2026, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço:
"https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3188738** e o código CRC **5F7A3B47**.

Rua São Nicolau 210 5º Andar - Bairro Centro - Diadema - SP CEP 09913-030 - <http://www.unifesp.br>



STI-DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Licitação- Termo de Referência- Serviços nº 3177336/2026/STI-DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

São Paulo, 19 de janeiro de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS TIC - LEI 14.133/2021
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP
(Processo Administrativo nº 23089.012960/2025-51)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) a ser executado de forma contínua, prevendo a destinação de entroncamentos digitais (E1) com garantia de qualidade de serviço, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção de equipamentos e suporte técnico preventivo, corretivo e adaptativo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Assinatura Link E1 com instalação inclusa.	unidade	27731	180	R\$ 297,1875	53.493,75
	2	Numeração DDR	unidade	26107	24.000	R\$ 0,0009	21,60
	3	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO - FIXO)	minuto	26115	420.000	R\$ 0,0266	11.172,00
	4	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO - MÓVEL (VC1)	minuto	26123	360.000	R\$ 0,095	34.200,00
	5	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC - LDN FIXO - FIXO	minuto	26131	24.000	R\$ 0,1017	2.440,80
	6	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC - LDN FIXO - MÓVEL (VC2 E VC3)	minuto	26140	3.600	R\$ 0,1491	536,76
	7	Ligações LDI (LDI - STFC - F/FM) Origem Fixo - Qualquer País/Região	minuto	27650	3600	R\$ 1,130	4.068,00
							Total: R\$ 105.932,91

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que se trata de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Ademais, encontra-se em outros órgãos públicos e tem sido uma modalidade bem difundida entre os entes, vez que traz grandes vantagens econômicas e tecnológicas, permitindo atualização tecnológica.

1.3. Este Termo de Referência, assim como o Estudo Técnico Preliminar anexo neste presente documento, estão de acordo com os ditames do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que se refere ao fornecimento de uma solução de serviços STFC para viabilizar a continuidade do funcionamento da transmissão regular dos serviços de comunicação de voz das atividades acadêmicas e administrativas da UNIFESP, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Informações relevantes

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. O objeto da contratação é enquadrado como uma Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

1.8. O objeto do pretendido contrato constitui uma única solução de TIC.

1.9. O objeto não corresponde a nenhum dos serviços descritos no art. 8º, § 2º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, ANEXO I.

1.10. A presente contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável.

1.11. O presente Termo de referência contém todos os elementos necessários para a caracterização da contratação, conforme disposição do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022;

1.12. A pretendida contratação não envolve itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência. Porém,

acrescentaremos abaixo alguns detalhes que julgamos importantes constar aqui neste TR, bem como constam no ETP.

- 2.1.1. A solução de TIC consiste na contratação serviço de telefonia fixa comutada - STFC- (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), executados de forma contínua, através de entroncamentos digitais (E1) Capazes de propiciar recebimento e execução de chamadas através de ramais DDR.
- 2.1.2. O objetivo desta licitação é garantir a manutenção dos serviços de voz das unidades Acadêmicas e Administrativas da Universidade Federal de São Paulo.

- 2.2.3. Essa contratação engloba a prestação dos serviços especificados abaixo:
- I - Instalação de infraestrutura dos serviços de transmissão de voz incluindo todos os equipamentos necessários para o funcionamento do serviço contratado.
 - II - Gestão e reparo do sistema de todos os equipamentos que apresentarem problemas ou defeitos de funcionamento;
 - III - Provisão e atualização contínua dos equipamentos e itens deste Edital garantindo a continuidade dos serviços prestados com suporte em recursos de TIC;
 - IV - Garantir a continuidade dos serviços prestados relacionados os equipamentos e itens deste Edital;
 - V - Após o período de 60 (sessenta) meses de instalação do equipamento, a CONTRATANTE, deverá substituí-lo por modelo igual ou similar, com a possibilidade da CONTRATADA realizar a doação dos equipamentos antigos para a Unifesp.

- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.
- 2.3. O objeto da contratação também está alinhado alinhado com a Estratégia de Governo Digital2025 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)2023-2025 da Universidade Federal de São Paulo, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OE3	Fortalecer a governança de TIC utilizando práticas ágeis e eficientes de gestão, alinhadas às metas, legislações e objetivos institucionais.
OE5	Investir em inovação e atualização tecnológica, promovendo a modernização, a integração e a centralização da infraestrutura, sistemas e operações de TIC.
OE6	Ampliar a disponibilidade, qualidade, integridade, confidencialidade, interoperabilidade, capacidade e acessibilidade dos sistemas, serviços e produtos de TIC.

ALINHAMENTO AO PDTIC 2025			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
PDT105	Aprimorar o processo de gestão de requisições de serviços.	TNAGM	O aprimoramento do processo de gestão de requisições de serviços visa otimizar a eficiência, transparência e qualidade no atendimento aos usuários, garantindo uma comunicação clara, fluxos de trabalho bem definidos, priorização adequada das demandas e redução do tempo de espera. Isso resulta em uma experiência mais satisfatória para os usuários e na melhoria geral nos serviços prestados pela organização

- 2.4. ~~Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.~~
- O objeto da contratação não se refere a serviços públicos digitais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. A solução de TIC consiste em fornecer serviços de telefonia fixa comutada, promovendo a garantia do fluxo ininterrupto da comunicação de voz necessária à execução das atividades acadêmicas e administrativas da instituição.
- 3.3. O critério de julgamento será **MENOR PREÇO POR GRUPO**A organização dos itens em grupo não prejudica a competição, pois não é realizada uma agregação inadequada com restrições indevidas, que poderiam ter impacto na competição do processo. Além disso, tal solução mostra-se técnica e operacionalmente mais adequada para a realidade de execução contratual da universidade, obtendo-se economia de escala, redução de custos de gestão de contratos.
- 3.4. A adoção do sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** se justifica pela impossibilidade de prever o quantitativo exato a ser demandado pela Administração, em consonância com o art. 3º, inciso V, do Decreto nº 11.462/2023.
- 3.5. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 3.6. Caso haja prorrogação de vigência da Ata de Registro de Preços (art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021), a possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado será considerada, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 3.7. Bens e serviços que compõem a solução:
- 3.3.1. Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) a ser executado de forma contínua, prevendo disponibilizar infraestrutura de telefonia fixa, por meio de feixe E1 bidirecionais, dispondo de faixas de ramais com discagem direta ao ramal (DDR), contendo

os seguintes serviços:

- I - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade ligação local;
- II - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Ligação Local pelo valor de Comunicação 1 (VC1);
- III - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional (LDN);
- IV - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) pelo Valor de Comunicação 2 (VC2);
- V - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) pelo Valor de Comunicação 3 (VC3);
- VI - Realizar a devida portabilidade numérica e migração para faixa exclusiva de ramais;
- VII - Disponibilizar faturas com detalhamento das chamadas por ramal (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, outros);
- VIII - A contratada deverá realizar todas as configurações necessárias para funcionamento da solução;
- IX - Para prestação dos serviços de telefonia fixa local, a CONTRATADA deverá fornecer e conectar Troncos de Entrada e Saída Digitais (E1/SIP) junto à(s) Central(is) Telefônica(s) da UNIFESP;
- X - Portabilidade para o novo contrato da faixa de DDRs compreendendo o conjunto de números de (11) 3385-4100 e (11) 3385-4399.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Contratação de 03 (três) entroncamentos digitais E1 com capacidade de 30 canais. Esta refere-se à continuidade de um serviço já existente no local (portabilidade numérica) com contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) a ser executado de forma contínua.

Requisitos de Capacitação:

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais:

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

Requisitos de Manutenção:

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções **corretivas/preventivas/adaptativas/evolutivas** pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades

Requisitos Temporais:

4.5. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de **30 (trinta)** dias corridos para as capitais dos estados, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.8. Os serviços de manutenção acima descritos devem ser prestados no prazo máximo de **5 (cinco)** horas, a partir da abertura do chamado, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

4.10. Os equipamentos a serem adquiridos deverão respeitar os requisitos específicos de Segurança da Informação com a finalidade de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações.

4.11. No que couber e a título de exemplificação, é recomendável que os requisitos contemplem aspectos que: propiciem a disponibilidade da solução de TIC contratada; evitem vazamento de dados e fraudes digitais; exijam, por parte da contratada, a definição de processo de gestão de riscos de segurança da informação que envolva a solução de TIC; possibilitem a rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação; assegurem a continuidade do negócio implementado pela solução; realizem o tratamento de dados pessoais (Lei 13709/2018) e informações classificadas, conforme legislação vigente; prevejam a realização de auditoria de SIC (Segurança da Informação e Comunicação) de conformidade dos requisitos de segurança da informação previstos pela contratação; assegurem a gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada; e indiquem diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.12. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.12.1. Lei nº 12.305/2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, quando aplicável ao objeto;

4.12.2. Todos os resíduos sólidos gerados pelos serviços fornecidos que necessitem de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias) deverão ter seu descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto. A contratada deverá aplicar o disposto nos Artigos 31 a 33 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, e nos Artigos 3º; Art. 14, parágrafo 1º; Art. 18, inciso IX; Art. 19, inciso I; Art. 21; Art. 22, inciso I; Art. 24, parágrafo 1º; Art. 25; Art. 26, inciso I; Art. 27; e Art. 28 do Decreto nº 10.936, 12 de janeiro de 2022, principalmente, no que diz respeito à Logística Reversa.

4.12.3. Plano de Logística Sustentável da Unifesp (<https://www.unifesp.br/reitoria/dga/legislacao-principal/interna/pls>).

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.13. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.14. As diretrizes de arquitetura tecnológica referem-se àquelas relacionadas com padrões ou protocolos para conexões de rede e telefonia estabelecidos, espaço das instalações, distribuição de ativos tecnológicos e outras orientações correlatas necessárias para a perfeita execução dos serviços.

4.15. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.16. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.16.1. O vencedor do certame terá o prazo de até 5 dias úteis para assinatura do Termo de Contrato e apresentação da documentação necessária, contados a partir do recebimento da nota de empenho ou convocação para assinatura do Termo de Contrato emitidos pelo CONTRATANTE e formalmente comunicados;

4.16.2. A CONTRATANTE publicará em até 30 dias o extrato do Termo de Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

4.16.3. A CONTRATADA terá até 30 (trinta) dias para disponibilização de 100% da solução;

4.16.4. Para fins de pagamento, será considerado apenas os equipamentos e serviços que foram entregues, instalados e devidamente configurados, estando aptos para o seu efetivo uso. Será obedecida a proporcionalidade de tempo de efetiva prestação do serviço no mês, conforme a quantidade de serviços disponibilizados nos locais definidos na Ordem de Serviço. O dia de instalação/disponibilização não será contado para o cálculo da proporcionalidade.

Requisitos de Implantação

4.17. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.17.1. O processo de instalação dos equipamentos e ativação dos serviços deverá ser realizado pela CONTRATADA sob supervisão do preposto, que dará conhecimento do andamento do fornecimento aos diversos locais ao gestor do contrato;

4.17.2. Para a implantação dos equipamentos, será necessária a disponibilização de infraestrutura local (espaço físico, ponto de rede e ponto de força). Os equipamentos contratados como serviço deverão ser disponibilizados, instalados, configurados, inventariados e monitorados, em conformidade com o disposto neste Termo de Referência.

4.17.3. Será de total responsabilidade da CONTRATADA a instalação, montagem e a configuração dos equipamentos fornecidos.

4.17.4. Caso seja ofertada pela CONTRATADA, a utilização da tecnologia "sip trunk" para atendimento das demandas de links E1, poderá ser aceito o uso desta tecnologia, desde que expressamente autorizada pela CONTRATANTE, sob a condição de implantação do link E1 em modo tradicional analógico por necessidade superveniente da CONTRATANTE, desde de que solicitado dentro dos primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato.

4.17.5. No caso de ocorrer a solicitação para instalação de link E1 analógico conforme a descrição acima, a CONTRATADA deverá instalá-lo em até 60 (sessenta dias) após a formalização da solicitação.

Requisitos de Garantia, Manutenção, Assistência Técnica e Suporte Técnico

4.18. Por se tratar de uma contratação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC), a garantia deverá estar disponível durante toda a vigência contratual, e o suporte técnico dos itens que compõe a solução deverá estar vinculado à disponibilidade dos serviços exigida nos Níveis Mínimos de Serviço, previstos neste este Termo de Referência.

4.19. A assistência técnica e o suporte ao usuário, nos termos do Edital e seus anexos, estendem-se por toda a vigência contratual.

4.20. Os serviços contratados deverão ser prestados pela CONTRATADA nas localidades especificadas neste edital.

4.21. A CONTRATADA poderá executar os serviços de assistência técnica e suporte ao usuário por meio de sua rede credenciada, permanecendo totalmente responsável por tais serviços.

4.22. A CONTRATADA deverá assegurar que os equipamentos e serviços estejam sempre em pleno funcionamento, independente dos equipamentos utilizados para tal estarem ou não no prazo de garantia dos fabricantes.

4.23. A garantia, a manutenção, a assistência e o suporte técnicos deverão estar disponíveis a partir do 1º dia útil subsequente à disponibilização para uso dos equipamentos nos locais definidos na Ordem de Serviço (OS).

4.24. A CONTRATADA deverá disponibilizar os serviços de garantia, manutenção, assistência e suporte técnico ao usuário de forma on-site para problemas que não possam ser resolvidos remotamente.

4.25. A solução de serviços contratada deverá contemplar manutenções preventivas, corretivas e adaptativas, incluindo as atualizações dos softwares fornecidos originalmente com os equipamentos.

- 4.26. As manutenções preventivas consistem em um conjunto de ações planejadas e sistemáticas destinadas a garantir o bom funcionamento, a segurança e o desempenho dos equipamentos disponibilizados. Essas ações incluem a utilização, pela CONTRATADA, de software de gerenciamento e monitoramento do desempenho dos equipamentos, com ações proativas sempre que identificada necessidade, visando atender aos Níveis Mínimos de Serviço.
- 4.27. Todas as atualizações disponíveis deverão ser informadas ao CONTRATANTE e somente poderão ser executadas mediante autorização.
- 4.28. As manutenções corretivas referem-se às ações tomadas para corrigir falhas ou defeitos que ocorrem nos equipamentos, fibras, conexões switches e softwares originalmente fornecidos após o reporte de um incidente à CONTRATADA ou identificado pela CONTRATADA por meio de eventos gerados pelo software de gerenciamento e monitoramento.
- 4.29. As manutenções adaptativas envolvem modificações e ajustes nos equipamentos, switches, fibras e softwares para garantir funcionamento correto e a adequação a um ambiente de operação constante e correto da solução contratada. Isso inclui atualizações para compatibilidade com novos dispositivos, a adaptação a novas políticas de segurança implementadas, bem como atualizações na imagem matriz dos equipamentos, a pedido do órgão CONTRATANTE.
- 4.30. As manutenções preventivas e corretivas incluem a substituição e a reposição de peças quando necessário, inclusive a substituição total do equipamento, visando atender aos Níveis Mínimos de Serviço previstos neste Termo de Referência.
- 4.31. Tanto as manutenções preventivas quanto adaptativas deverão ser realizadas sempre que necessário, executadas em casos de incidentes nos equipamentos, a pedido do CONTRATANTE; e, preventivamente, mediante verificação proativa da CONTRATADA através do software de gerenciamento e monitoramento dos equipamentos.
- 4.32. O serviço de suporte e assistência técnica ao usuário deverá cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas pela solução disponibilizada, incluindo problemas dos softwares e hardwares originalmente fornecidos, de modo a restabelecer seu normal estado de uso em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas para o perfeito funcionamento dos serviços contratados.
- 4.33. O acionamento do serviço de suporte e assistência técnica ao usuário deverá estar disponível por meio de central telefônica DDG (0800) e via website, ambos em língua portuguesa (Português-BR), para operacionalização da abertura de chamados e fornecimento de número de protocolo, a fim de realizar o acompanhamento e monitoramento das solicitações.
- 4.34. O CONTRATANTE deverá ter acesso, via website, a um sistema para abertura, visualização e monitoramento de todos os chamados técnicos abertos e intervenções realizadas ou em andamento com registro completo das ocorrências, incluindo, no mínimo, as seguintes informações: identificação do órgão, nome do solicitante, data, hora, modelo do equipamento, falha relatada, problema identificado, ação corretiva e data de fechamento do chamado com equipamento prontamente restabelecido.
- 4.35. Todos os indicadores referentes aos chamados deverão ser passíveis de consulta estratificada por período, conforme necessidade do CONTRATANTE.
- 4.36. O atendimento ao usuário deverá ocorrer em conformidade com os Níveis Mínimos de Serviço definidos neste Termo de Referência.
- 4.37. Durante toda a vigência do CONTRATO, deverá ser mantida base de conhecimento de incidentes, bem como o histórico das Ordens de Serviço, das manutenções corretivas, preventivas, adaptativas ou das substituições para os equipamentos disponibilizados.
- 4.38. Mensalmente e sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá emitir relatório(s), em formato digital, com informações analíticas e sintéticas dos chamados técnicos abertos e atendimentos realizados no mês anterior ou no período estipulado na solicitação, contendo informações de todas as intervenções realizadas com os registros completos das ocorrências, incluindo, no mínimo, informações do chamado como: identificação do órgão, nome do solicitante, data, hora, modelo do equipamento, falha relatada, problema identificado, ação corretiva realizada e data de fechamento do chamado com equipamento prontamente restabelecido.
- 4.39. Os atendimentos técnicos deverão ser registrados, cabendo à CONTRATADA apresentar RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA (ou equivalente), nele constando a descrição clara dos problemas identificados e os procedimentos adotados para a sua resolução, além de outras informações que se façam necessárias.
- 4.40. O serviço de assistência técnica/suporte ao usuário deve ser realizado, preferencialmente, mediante aplicação de ferramentas de acesso remoto, não podendo a CONTRATADA se eximir de prestar o suporte diante da impossibilidade técnica e/ou incompatibilidade de eventuais acessos remotos em virtude de restrições tecnológicas ou política de segurança do CONTRATANTE.
- 4.41. Nos casos em que não for possível solucionar problemas remotamente e/ou por telefone, para fins de atendimento técnico presencial, a CONTRATADA deverá observar o cumprimento dos prazos máximos de solução estipulados neste documento, cuja contagem se iniciará a partir do registro da solicitação via abertura de chamado de serviço de assistência técnica.
- 4.42. O serviço de assistência técnica/suporte ao usuário inclui, além de reparos em hardware nos equipamentos disponibilizados, a recuperação do sistema operacional com falhas, correções e atualização de drivers e reinstalação de imagens de unidades de armazenamento, se for o caso.
- 4.43. Nos casos de furto, roubo, inutilização independente da natureza (tais como danos causados por desastres naturais, mau uso ou extravio dos equipamentos, incluindo partes e peças) a CONTRATADA deverá proceder com a reposição do equipamento em até 5 (cinco) horas úteis após a detecção da falha.
- 4.44. A substituição do equipamento será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.45. Caso o equipamento tenha sido furtado e, posteriormente, recuperado, esse poderá compor o quantitativo contratado, após sua devida análise, formatação, atualização e/ou recomposição de peças se for o caso.
- 4.46. Caso seja necessário a remoção de equipamentos do local da prestação do serviço, para manutenções ou elaboração de laudos, a CONTRATADA deverá fornecer outro equipamento àquele usuário, a fim de manter a continuidade da prestação do serviço.
- 4.47. Fica a CONTRATADA obrigada a repor os equipamentos nos casos de furto, roubo ou

inutilização independente da natureza em até 5 (cinco) horas úteis após a detecção da interrupção do serviço.

4.48. A movimentação dos equipamentos pela CONTRATANTE NÃO exclui o suporte/ assistência técnica ao usuário, desde que sejam respeitadas as localidades de prestação de serviços definidas neste Termo de Referência.

Requisitos de Experiência Profissional

4.49. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

Requisitos de Formação da Equipe

4.50. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios exigíveis e praticados de acordo com a natureza e a complexidade do serviço.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.51. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.52. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.53. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento em **horário comercial** e nos **dias úteis** de maneira eletrônica ou via telefone.

4.54. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.55. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.56. Os equipamentos a serem adquiridos deverão respeitar os requisitos específicos de Segurança da Informação com a finalidade de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações.

4.57. No que couber e a título de exemplificação, é recomendável que os requisitos contemplem aspectos que: propiciem a disponibilidade da solução de TIC contratada; evitem vazamento de dados e fraudes digitais; exijam, por parte da contratada, a definição de processo de gestão de riscos de segurança da informação que envolva a solução de TIC; possibilitem a rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação; assegurem a continuidade do negócio implementado pela solução; realizem o tratamento de dados pessoais (Lei 13709/2018) e informações classificadas, conforme legislação vigente; prevejam a realização de auditoria de SIC (Segurança da Informação e Comunicação) de conformidade dos requisitos de segurança da informação previstos pela contratação; assegurem a gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada; e indiquem diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro.

Vistoria

4.58. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, e garantir que as passagens de fibra óptica e todos os equipamentos de hardware sejam instalados de forma adequada, considerando critérios de segurança e operabilidade dos serviços contratados, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 16h.

4.59. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.60. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.61. A empresa contratada deverá efetuar vistoria prévia para garantir que as passagens de fibra óptica e todos os equipamentos de hardware sejam instalados de forma adequada, considerando critérios de segurança e operabilidade dos serviços contratados.

Sustentabilidade

4.62. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.62.1. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber.

Subcontratação

4.63. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.64. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.65. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.65.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.65.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.65.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.65.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.65.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.66. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.67. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.68. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.69. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.69.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.70. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- III - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.71. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.72. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.73. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.74. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.75. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.75.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.75.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022

4.76. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.76.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.76.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.77. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.78. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.79. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.80. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Outros requisitos obrigatórios para garantia do atendimento e do gerenciamento de riscos na execução dos serviços contratados

Especificações Técnicas

4.81. O tempo médio de reparo (MTTR) deve ser de até 5 horas.

Condições de Recebimento dos Serviços de telefonia fixa comutada (STFC)

- 4.82. Os serviços de instalação do objeto da licitação, serão recebidos:
- 4.83.1. Provisoriamente, nas localidades especificadas nos Itens 7 e 8 deste Termo de Referência, para efeito de verificação de conformidade com as especificações e testes de aceite, mediante emissão do Termo de Recebimento Provisório.
- 4.83.2. Definitivamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do Recebimento Provisório, ou do término das eventuais correções, devidamente atestadas como regulares, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Condições de recebimento dos serviços de contratados:

4.83. As parcelas mensais referentes aos serviços de comunicação de voz, objeto da licitação, serão recebidas provisoriamente, em até 03 (três) dias úteis, contados da data de recepção, por parte da UNIFESP, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, acompanhada do Relatório de Disponibilidade de Tráfego e do Relatório de Registro de Reclamações (admitidos em meio digital ou disponibilizados via portal web), que deverão conter as seguintes informações:

I- Relatório de Disponibilidade de Tráfego

- 4.84. A contratada fornecerá mensalmente relatório contendo as informações abaixo descritas:
- 4.85.1. Identificação e endereços das pontas do enlace de comunicação;
- 4.85.2. Velocidade do enlace de comunicação;
- 4.85.3. Mês de referência;
- 4.85.4. Total de horas corridas do período faturado, por enlace;
- 4.85.5. Somatório do tempo de interrupção, em minutos, por enlace;
- 4.85.6. Índice de disponibilidade, por enlace, conforme a fórmula prevista neste Termo de Referência.

II- Relatório de registro de reclamações

- 4.85. A contratada fornecerá mensalmente relatório contendo as informações abaixo descritas:
- 4.86.1. Identificação e endereços das pontas do enlace de comunicação;
- 4.86.2. Data e hora da reclamação;
- 4.86.3. Identificação do reclamante;
- 4.86.4. Data e hora da solução (fechamento do chamado);
- 4.86.5. Providência tomada para a solução da reclamação.

Condições gerais de prestação dos serviços:

4.86. As presentes Condições Gerais estabelecem critérios objetivos de medição da qualidade dos serviços prestados. A qualidade do serviço será avaliada e medida, de forma isolada e independente, para cada um dos componentes da solução contratada, considerando os seguintes aspectos:

I- Disponibilidade do serviço

- 4.87. O serviço contratado será considerado indisponível quando impossibilitar a comunicação de voz ou o entendimento da mensagem de voz por qualquer um dos interlocutores da ligação efetuada ou recebida, por qualquer período. A indisponibilidade pode se manifestar por um episódio de falha isolada, ou por múltiplas interrupções ou falhas sucessivas, em funcionamento intermitente, que será caracterizado como uma sequência de curtas interrupções de funcionamento, de qualquer duração, separadas por períodos de bom funcionamento inferiores a 30 (trinta) minutos.
- 4.88. Para fins de verificação de atendimento ao nível de serviço solicitado, será contabilizado, como período de indisponibilidade, o tempo que transcorrer entre o início da falha geradora da efetiva indisponibilidade, independentemente de comunicação da UNIFESP à CONTRATADA, e o momento que o serviço contratado for consensualmente dado como restaurado. Ambos os momentos serão estabelecidos de comum acordo entre as instâncias de gerenciamento de infraestrutura de TIC da UNIFESP e da LICITANTE, ao término de cada episódio de falha, ou em momento apropriado.
- 4.89. O índice de disponibilidade por enlace será calculado ao final de cada mês e será expresso pela razão percentual do número de minutos em que o circuito esteve efetivamente funcional e o total de minutos do período de avaliação, período este considerado pela UNIFESP como sendo de 30 (trinta) dias corridos. O cálculo do índice de disponibilidade por enlace deverá ser feito usando a fórmula:

$\frac{\text{Soma do tempo efetivamente funcional do LINK DE VOZ (em minutos)} \times 100\%}{\text{Tempo total do período de avaliação (em minutos)}}$
--

- 4.90. O valor estabelecido como mínimo para que a meta de nível de serviço seja considerada atingida, para o STFC contratado, é de 99,7% (noventa e nove inteiros e sete décimos percentuais).
- 4.91. Poderão ser excluídos do cálculo do índice de disponibilidade por enlace, os tempos dos seguintes eventos de falhas:
- 4.92.1. Falha de qualquer componente que não possa ser corrigida por impossibilidade de acesso físico pela CONTRATADA a equipamentos que estejam no ambiente e instalações da UNIFESP.
- 4.92.2. Falha decorrente de problemas de infraestrutura provida no local e sob responsabilidade da UNIFESP para os serviços prestados pela CONTRATADA.
- 4.92.3. Interrupções programadas e avisadas com a devida antecedência, conforme estabelecido em contrato.
- 4.92. Sempre que houver necessidade de Interrupção Programada por parte da CONTRATADA, para manutenção preventiva ou substituição dos equipamentos e meios utilizados no provimento dos serviços contratados, que possa causar interferência na prestação do serviço, objeto do contrato, a CONTRATADA deverá informar à UNIFESP, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores ao evento, por correio eletrônico, fax ou telefone, em endereços eletrônicos ou números estabelecidos de comum acordo.
- 4.93. Essas interrupções não serão contabilizadas no cálculo dos índices de disponibilidades

dos serviços tratados neste Termo de Referência, desde que sejam executadas após a aprovação da UNIFESP e ocorram em intervalo não superior a 120 (cento e vinte) minutos.

II- Qualidade de Atendimento

- 4.94. A CONTRATADA deverá disponibilizar meios de comunicação (incluindo, pelo menos um número de telefone e um endereço de email de seu NOC) e procedimentos pelos quais a UNIFESP possa, a qualquer momento, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, iniciar e acompanhar processo de reclamação quanto a eventuais falhas nos serviços contratados.
- 4.95. Uma reclamação deve ser acolhida e registrada em, no máximo, 15 (quinze) minutos após a UNIFESP ter iniciado o procedimento de chamada.
- 4.96. Depois de efetuada a reclamação, a CONTRATADA deverá contatar a UNIFESP, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, fornecendo um primeiro diagnóstico relacionado à falha, informando a previsão de restabelecimento do serviço, e fornecendo instruções sobre a sequência de acompanhamento da reclamação.
- 4.97. Após o primeiro posicionamento, a CONTRATADA deverá retornar à UNIFESP, ou à instância por ela designada, informes periódicos de acompanhamento do progresso do reparo, com intervalo não superior a 45 (quarenta e cinco) minutos, bem como indicar um telefone de contato ou outro meio equivalente pelo qual a UNIFESP possa obter informações quanto ao andamento do reparo e previsão de restauração do serviço contratado.
- 4.98. Os prazos acima estabelecidos, quando não respeitados, poderão ensejar a aplicação de multas contratuais, por não observância aos níveis de serviço contratados, admitindo-se, entretanto justificativas devidamente fundamentadas por parte da CONTRATADA, que serão analisadas pela UNIFESP, podendo ou não ser aceitas.
- 4.99. A CONTRATADA deverá responder no prazo máximo de 7 (sete) dias, quaisquer comunicações enviadas via correio eletrônico por parte da UNIFESP.

III- Descumprimento do Nível de Serviço

- 4.100. Caso a CONTRATADA venha a descumprir um ou mais aspectos relacionados à disponibilidade do serviço, ao desempenho técnico ou, ainda à qualidade no atendimento, estará sujeita à aplicação de multa, admitindo-se entretanto justificativas devidamente fundamentadas por parte da CONTRATADA, que serão analisadas pela UNIFESP, podendo ou não serem aceitas. Estas multas serão caracterizadas na forma de descontos, conforme estabelecido a seguir:
- 4.101.1. Disponibilidade do Serviço: O valor do desconto será igual a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao período total de tempo em que o enlace ficou indisponível naquele mês, a ser descontado na fatura do mês posterior ao do incidente ocorrido.
- 4.101.2. Desempenho Técnico: O valor do desconto será igual a 2 (duas) vezes o valor correspondente ao período total de tempo que o enlace apresentou falhas no desempenho naquele mês, a ser descontado na fatura do mês posterior ao do incidente ocorrido.
- 4.101.3. Qualidade do Atendimento: O valor do desconto será igual a 1% (um por cento) do valor mensal correspondente ao enlace por evento ocorrido, a ser descontado na fatura do mês posterior ao do incidente ocorrido.

IV- Disposições Especiais de Alteração do Provimento dos Serviços

- 4.101. Na eventualidade de remanejamento de equipamentos por necessidade da UNIFESP, a CONTRATADA deverá prover tais alterações no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- 4.102. No caso de necessidade de alteração nas quantidades dos serviços contratados, os valores cobrados deverão ser reajustados pela contratada, proporcionalmente a alteração solicitada, mantendo-se como referência base os valores cobrados por minuto conforme descrição deste termo de referência, respeitadas as atualizações monetárias e reajustes contratuais previstos no mesmo termo.
- 4.103. Os prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não respeitados, poderão ensejar a aplicação de multas contratuais, admitindo-se, entretanto, justificativas devidamente fundamentadas por parte da CONTRATADA, que serão analisadas pela UNIFESP, podendo ou não serem aceitas.
- 4.104. A cobrança pelas alterações de endereço não poderá ser superior ao valor apresentado para a instalação do enlace remanejado, que deverá constar da proposta da CONTRATADA.
- 4.105. Alterações de interface ou de tecnologia poderão ser implementadas, sempre que tais modificações apresentarem vantagem técnica para a UNIFESP, vedada a cobrança por tais alterações.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

- 5.1. São obrigações da CONTRATANTE:
- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

- 5.2. São obrigações do CONTRATADO:
- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso;
- 5.3. São obrigações do órgão gerenciador do Registro de Preços:
- 5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- 5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- 5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.3.3. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
- 5.3.4. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
- 5.3.5. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e
- 5.3.6. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tomem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de Execução

- 6.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica **descrita nos itens 4.82 a 4.106 deste Termo de Referência.**

Local e horário da prestação dos serviços

- 6.2. **Por tratar -se o STFC de serviço essencial e continuado, sua execução se dará 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana.**
- 6.3. **Os serviços serão executados em todos os Campi da UNIFESP. Os equipamentos serão instalados e geridos no Data Center da STI, no 4º andar do Edifício Otávio de Carvalho, localizado na Rua Botucatu 740, Vila Clementino - São Paulo - SP.**

Rotinas a serem cumpridas

- 6.4. **Os produtos e serviços deverão ter o seu fornecimento implantado após o recebimento da OF ou OS, em até 30 (trinta) dias.**
- 6.5. **O serviço a ser executado será acompanhado, testado e monitorado por servidores da Unifesp.**
- 6.6. **Do local de entrega e da realização dos serviços: Data Center da STI localizado no 4º andar do Edifício Otávio de Carvalho, na Rua Botucatu 740, Vila Clementino - São Paulo - SP.**
- 6.7. **No caso de simples entrega de produtos, as mesmas deverão ser previamente agendadas entre às 9h e 16h, de segunda à sexta-feira.**
- 6.8. **As demais rotinas estão detalhadas nos itens 4.82 a 4.106 deste Termo de Referência.**

Materiais a serem disponibilizados

- 6.9. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 6.9.1. **Equipamentos físicos para interligação de link e1 à central telefônica.**

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 6.10. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.11. Para seja que seja mantido o fluxo de dados , tanto entre as unidades internas dos Campis, quanto a conectividade entre os Campi, a solução contratada deve ser capaz de disponibilizar canais de transmissão de dados capazes de suportar o tráfego de dados institucionais nos locais e nas velocidades descritas abaixo:

ITEM	Descrição	CATSER	Quantidade mensal estimada no contrato	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 12 meses	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 24 meses	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 36 meses	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 48 meses	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 60 meses	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 72 meses	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 84 meses	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 96 meses	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 108 meses	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 120 meses
1	Assinatura Link E1 com instalação inclusa.	27731	3	36	72	108	144	180	216	252	288	324	360
2	Numeração DDR	26107	400	4.800	9.600	14.400	19.200	24.000	28.800	33.600	38.400	43.200	48.000
3	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	26115	7000	84.000	168.000	252.000	336.000	420.000	504.000	588.000	672.000	756.000	840.000
4	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1)	26123	6000	72.000	144.000	216.000	288.000	360.000	432.000	504.000	576.000	648.000	720.000
5	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO	26131	400	4.800	9.600	14.400	19.200	24.000	28.800	33.600	38.400	43.200	48.000
6	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 E VC3)	26140	60	720	1.440	2.160	2.880	3.600	4.320	5.040	5.760	6.480	7.200
7	Ligações LDI (LDI - STFC - F/FM) Origem Fixo - Qualquer País/Região	27650	60	720	1.440	2.160	2.880	3.600	4.320	5.040	5.760	6.480	7.200

Formas de transferência de conhecimento

6.12. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:

6.13. Deve ser disponibilizada toda a documentação técnica dos equipamentos fornecidos como serviço à CONTRATANTE, bem como as informações de inventário e configuração por meio de softwares, conforme previsto neste Termo de Referência. Pode ainda ser demandada à CONTRATADA a execução de atividades de workshop, capacitação e apoio operacional para esclarecimento de dúvidas no decorrer da execução do Contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.14. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.14.1. Retorno dos equipamentos quando findado o contrato:

6.14.1.1. Com, no mínimo, 30 dias de antecedência do encerramento da vigência contratual, a CONTRATADA encaminhará ao CONTRATANTE a relação contendo informações de seus colaboradores que farão parte da equipe responsável pela desmobilização dos ativos.

6.14.1.2. O CONTRATANTE, após recebimento da relação da equipe, formalizará em sua estrutura interna o encerramento do contrato com a CONTRATADA, para garantir que os usuários tomem ciência das próximas ações e prazos, visando o atendimento do cronograma estabelecido para desmobilização dos ativos da CONTRATADA.

6.14.2. Serão ser executados os serviços necessários para encerramento contratual, dentre os quais destacam-se os seguintes:

6.14.2.1. Desmobilização e descarte ecológico dos equipamentos, de responsabilidade da CONTRATADA, com apresentação de um Plano de Descarte dos Equipamentos;

6.14.2.2. Assinatura do Termo de Encerramento do Contrato.

6.14.3. Todos os serviços descritos nesta seção deverão ser iniciados nos últimos 30 (trinta) dias que antecedem o encerramento contratual e serão objeto de avaliação semanal para fins de verificação do cumprimento do disposto.

6.14.4. Todos os serviços descritos nesta seção serão acompanhados por servidor indicado e responsável da Unifesp, que fará vistoria nos equipamentos antes de sua retirada.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.15. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo.

6.16. Sempre que possível serão realizadas solicitações de entregas com diferentes demandas agrupadas diminuindo o custo de logística. Ainda assim poderão ocorrer solicitações com baixa quantidade de produtos ou serviços, de acordo com a necessidade.

Mecanismos formais de comunicação

6.17. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- a) Ordem de Serviço;
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamados;
- e) E-mails e Cartas;
- f) Google Chat;
- g) Reuniões online;
- h) f) Acionamento via telefone.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.18. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.19. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência de Sigilo, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS SEI 3051263e 3050742.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter o preposto da empresa no local da execução do objeto durante a execução do serviço.

7.7. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da [IN SGD/ME nº 94, de 2022](#) e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- a) Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- b) Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- c) Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- d) A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- e) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o

produto ofertado possui a garantia solicitada neste Termo de Referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), nos termos do art. 33 da [IN SGD nº 94, de 2022](#), observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.21. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

7.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará como instrumento de medição de resultado os [Níveis Mínimos de Serviço \(NMS\)](#), conforme previsto no IMR deste Termo de Referência:

IMR – ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

TÓPICO	DESCRIÇÃO
--------	-----------

Finalidade	Medir o tempo de atraso na prestação dos serviços constantes na Ordem de Serviço.
Meta a cumprir	IMR igual ou superior a 90 %.
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IMR = 100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})$ <p>Onde:</p> <p>IMR = ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS;</p> <p>ΣQ_{tap} = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência;</p> <p>ΣQ_{tr} = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>IMR \geq 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IMR \geq 80% e $<$ 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IMR \geq 70% e $<$ 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IMR $<$ 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p>

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados;

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2.4. não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.3. A utilização do NMS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios definidos no IMR (tabela 6) deste Termo de Referência (Níveis Mínimos de Serviço).

Recebimento

8.5. Os equipamentos e os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que

sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **60 (sessenta)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.23. Antes da completa disponibilização da solução, a licitante deve comprovar que os equipamentos a serem disponibilizados atendem plenamente as especificações ofertadas por meio dos respectivos prospectos do fabricante daqueles hardwares;

8.24. A licitante poderá encaminhar para avaliação do CONTRATANTE uma amostra do equipamento a ser disponibilizado no escopo da solução;

8.25. A inspeção nos equipamentos fornecidos será realizada por meio de análise das especificações contidas na proposta, bem como com as especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência para os itens ofertados pela licitante;

8.26. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las;

8.27. Todos os equipamentos, componentes e acessórios da solução disponibilizados deverão ser novos, de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e pertencer à linha corporativa ou empresarial do seu fabricante;

8.28. Todos os acessórios e componentes dos equipamentos disponibilizados e suas respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisas, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis;

8.29. Todos os componentes internos dos equipamentos disponibilizados deverão estar instalados de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado;

8.30. É obrigatório que cada equipamento disponibilizado possua número de série específico, único e afixado em local visível, na parte externa do equipamento;

8.31. Serão recusados os serviços quando disponibilizados equipamentos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor;

8.32. Todas as funcionalidades dos equipamentos disponibilizados devem ser alcançadas mediante conexões integradas aos produtos, ou seja, não serão aceitos mecanismos intermediários, nem hardwares adicionais (externos ou internos), exceto nos casos claramente permitidos pelo CONTRATANTE ou mediante aprovação escrita;

8.33. Todos os componentes que farão parte da solução disponibilizada (fibras, switches, aviamentos, conversores, etc), deverão atender às especificações técnicas mínimas apresentadas neste Termo de Referência. Serão aceitos componentes de configuração superior à requerida, desde que haja total compatibilidade entre todos os componentes presentes na solução; porém, a avaliação de conformidade será realizada de forma independente em que não serão aceitas configurações superiores para determinado item em detrimento da oferta de configuração inferior para outros itens. A configuração será verificada utilizando a definição nominal do fabricante,

independente de desempenho;

8.34. A CONTRATADA deverá desembalar os equipamentos fornecidos e proceder com o descarte ou destinação adequada e sustentável de todos os materiais plásticos, caixas e demais artefatos utilizados para embalagem e transporte dos equipamentos;

8.35. Após a disponibilização dos equipamentos que compõem a solução de STFC, para fins da primeira medição dos serviços e o seu pagamento, o que inclui a verificação de se os serviços atendem às características técnicas requeridas, o CONTRATANTE poderá optar por avaliar a qualidade de todos os serviços e equipamentos disponibilizados, atentando para a inclusão, nos autos do processo administrativo, de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação dos mesmos;

8.36. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado para fins de recebimento definitivo, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

8.37. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

8.38. Será REJEITADO, no todo ou em parte, o serviço fornecido em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos. Ainda, conforme o art. 119 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

8.39. Só haverá o recebimento definitivo após a análise da qualidade dos serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se o CONTRATANTE o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Liquidação

8.40. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.41. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.42. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.43. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.44. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.45. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.46.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.46.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.46. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.47. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.48. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.49. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.50. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.51. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do [Índice de Custo da Tecnologia da Informação de Correção Monetária](#).

Forma de pagamento

8.52. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco,

agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.53. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.54. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.55.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.55. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.56. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/08/2025.

8.57. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.58. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.59. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.60. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.61. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.62. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.63. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.64. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.64.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.64.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.64.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.64.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.65. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo.

Id	OCORRÊNCIA	GLOSA / SANÇÃO
1	Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021). Em caso de reincidência, multa de 1% sobre o valor total do Contrato.
2	Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021). Além disso, será aplicada multa de 3% sobre o valor da contratação.
3	Dar causa à inexecução total do contrato.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021). Além disso, será aplicada multa compensatória de 3% sobre o valor da contratação.
4	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021). Além disso, será aplicada multa compensatória de 3% sobre o valor da contratação.

5	Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa compensatória de 3% do valor da contratação.
6	Praticar ato fraudulento na execução do contrato.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa de 3% do valor da contratação.
7	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa de 3% do valor da contratação.
8	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2023.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa compensatória de 3% do valor da contratação.
9	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso na Disponibilização para Uso do Equipamento - IAE).	Glosa conforme Níveis Mínimos de Serviço para o IAE, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas, referentes ao "retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado."
10	Não atender ao indicador de nível de serviço ICP (Indicador de Chamados Atendidos Dentro do Prazo).	Glosa conforme Níveis Mínimos de Serviço para o ICP. Multa de 1% sobre o valor do contrato para ICP < 72 %, sem prejuízo da aplicação da glosa anterior.
11	Não atender ao indicador de nível de serviço ISU (Indicador de Satisfação dos Usuários).	Glosa conforme Níveis Mínimos de Serviço para o ISU.
12	Não atender ao indicador de eficácia no tratamento de chamados (IEC).	Glosa conforme Níveis Mínimos de Serviço para o IEC.
13	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
14	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
15	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
16	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
17	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de até 15% do valor total do contrato por descumprimento.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Os itens excluídos já constam na tabela acima.

9.4.4. Além disso, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta)** dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- i) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- j) as peculiaridades do caso concreto;
- k) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- l) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- m) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

10.2. Os preços deverão ser expressos em reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos à esta contratação.

Regime de Execução

10.3. O regime de execução do contrato será por empreitada por **preço unitário**.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo

da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

10.13. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de **5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação**.

10.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

10.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.33. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.34. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico Profissional

10.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for caso.

10.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.35.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **12 (doze) meses** do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

10.35.1.2. **o LICITANTE deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características do objeto deste edital, comprovando o fornecimento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da quantidade de equipamentos prevista neste edital, emitido(s) em nome do LICITANTE, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar no referido atestado o nome completo do signatário e o número do CNPJ. O LICITANTE poderá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por empresa de natureza pública e/ou privada, que comprove que a LICITANTE realizou o fornecimento de equipamento compatível com as características do termo de referência de forma satisfatória.**

10.35.1.3. **O LICITANTE poderá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por empresa de natureza pública e/ou privada, que comprove que a LICITANTE realizou o fornecimento de equipamento compatível com as características do termo de referência de forma satisfatória.**

10.36. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.37. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.39. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

Documentação complementar para cooperativas

10.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.46.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.46.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.46.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.46.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 105.932,91 (cento e cinco mil novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.

11.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. Por tratar-se de Registro de Preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cronograma Físico-Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Evento 1	(.../.../...) a (.../.../...) ou (...) dias após a emissão da OFB	R\$.....
Evento 2	(...)	R\$.....
...	(...)	R\$.....
Evento N	(...)	R\$.....

Informações ainda não disponíveis.

ANEXOS:

ANEXO I - Estudos Preliminares (SEI 3138368);

ANEXO II - Mapeamento de Riscos (SEI 2898852);

ANEXO III - Modelo de Atestado de Vistoria (SEI 2987094);

ANEXO IV - Modelo de Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (SEI 3050742).

Integrante Requisitante José Carlos Ohta SIAPE 12894105	Integrante Técnico Fernando R. Troncone SIAPE O 117413	Integrante Administrativo Luiz C. Gonçalves Júnior SIAPE12894105
--	---	---

Autoridade Máxima da Área de TIC
Lidiane Cristina da Silva Superintendente da Tecnologia da Informação SIAPE:44875653

São Paulo, 20 de janeiro de 2026.

Aprovo,

Autoridade Competente
Lidiane Cristina da Silva Superintendente da Tecnologia da Informação SIAPE:44875653

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência Serviços TIC - Lei 14.133
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: SET/2025

	Documento assinado eletronicamente por Luiz Claudio Gonçalves Junior, Chef e de Divisão , em 20/01/2026, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Vivian Colla das Neves, Assistente em Administração , em 20/01/2026, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Renata Kazumi Koketu, Administradora , em 20/01/2026, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Jose Carlos Aparecido Ohta, Diretor , em 20/01/2026, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Andreia Trinca dos Santos, Tecnólogo-Formação , em 20/01/2026, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Lidiane Cristina da Silva, Superintendente da Tecnologia da Informação , em 20/01/2026, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Fernando Rodrigues Troncone, Técnico em Tecnologia da Informação , em 20/01/2026, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	A autenticidade deste documento pode ser conferida clikando aqui , ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador 3177336 e o código CRC 0253616F .

Rua Sena Madureira, 1500 4º Andar - Bairro Vila Clementino - São Paulo - SP CEP 04021-001 -
<http://www.unifesp.br>

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23089.012960/2025-51 SEI nº 3177336



STI-DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
ESTUDOS PRELIMINARES nº 3138368/2025/STI-DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
São Paulo, 14 de dezembro de 2025.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (TIC)

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. PROCESSO NÚMERO 23089.012960/2025-51
- 1.2. Processo destinado à análise da melhor solução de comunicação de voz para a Universidade Federal de São Paulo, englobando a comunicação entre suas unidades, bem como a comunicação de voz com a comunidade em nível local, Nacional e Internacional.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. Encontrar a melhor solução para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação de solução de serviço de comunicação principal de voz das unidades da instituição. A solução encontrada deve:
- 2.1.1. manter a capacidade de comunicação analógica de voz com unidades internas e externas da Instituição e a comunicação analógica de voz com a comunidade em nível local, nacional e internacional.
- 2.1.2. representar um fator de garantia de funcionamento de serviço essencial, contemplando os mesmos padrões de velocidade, disponibilidade e funcionamento existentes no contrato atualmente em execução e que se encerrará em 2026, sem prejuízo de ampliações e melhorias técnicas que possam surgir ao longo do presente estudo.

Motivação/Justificativa

- 2.2. A busca por ferramentas e serviços que propiciem uma comunicação eficiente para toda a comunidade da Universidade Federal de São Paulo é alicerçada no atendimento eficiente da comunicação corporativa que seja capaz de atender à complexidade das atividades administrativas e operacionais, que demandam um fluxo contínuo de informações entre os diferentes setores da instituição. A diversidade de áreas de atuação, aliada à presença física em diversos campi distintos, são fatores que tornam essencial a contratação para continuidade de um serviço eficiente e economicamente viável de comunicação de voz.
- 2.3. A comunicação não se limita apenas aos aspectos administrativos, mas também desempenha um papel vital na interação com o público externo. A universidade, com sua presença em diferentes regiões do estado de São Paulo, está constantemente envolvida em atividades que transcendem fronteiras do serviço em si, mas exigem também que o fornecedor contratado tenha a capacidade de garantir o suporte técnico adequado, ágil e eficiente. A manutenção preventiva e a manutenção corretiva rápida e eficiente se tornam ferramentas essenciais para estabelecer e garantir o fluxo de serviços de fato confiáveis e eficazes.
- 2.4. A prestação de serviços educacionais, a organização de eventos, a divulgação de pesquisas e a participação em iniciativas regionais e nacionais exigem uma comunicação eficiente e rápida. O serviço de telefonia não apenas fortalece a coesão interna da universidade, mas também contribui significativamente para a projeção positiva da instituição em âmbito externo.
- 2.5. Em suma, a relevância do serviço de comunicação de voz na Universidade Federal de São Paulo transcende a mera necessidade operacional, alcançando uma dimensão estratégica ao possibilitar uma comunicação integrada, eficaz e ágil, tanto internamente entre os campi quanto externamente com os diversos parceiros e comunidades que a instituição atende e serve.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante (Unidade/Setor/Depto):Superintendência de Tecnologia da Informação - UNIFESP	
Responsável pela demanda: José Carlos A. Ohta	Matrícula/SIAPE: 0114238/18585082
E-mail: ohta@unifesp.br	Telefone: (11) 3385-4242

4. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

- 4.1. O serviço objeto desta licitação é necessário para garantir a comunicação de voz com unidades internas e externas da Instituição, bem como a comunicação de voz com a comunidade em nível local, Nacional e Internacional.
- 4.2. O serviço precisa estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana. Por esta razão, a contratação precisa incluir a manutenção preventiva e corretiva capaz de manter o funcionamento ou em caso de evento fortuito, reestabelecer o mesmo em poucas horas, independente da localidade ou da razão causadora da interrupção.
- 4.3. A CONTRATADA deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 24 horas corridas para as capitais estaduais, e em até 72 horas para as demais cidades, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.
- 4.4. A instalação da solução contratada deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos a partir da emissão da ordem de serviço.
- 4.5. Para o serviço telefônico, os parâmetros para a medição da qualidade são aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL, em especial, o do Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (RQUAL - Resolução nº 717/2019 ou mais atual).
- 4.6. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021; Instrução Normativa nº 65/2021, de 07/07/2021; além das demais legislações específicas aplicáveis.
- 4.7. A Contratada deverá comprovar ser homologada pela ANATEL para prestação do tipo de serviço licitado.
- 4.8. Deverá ser exigido no Termo de Referência atestados de capacidade técnica no fornecimento específico desse tipo de serviço.
- 4.9. A contratada deve garantir que seus funcionários sempre se apresentarão para o serviço com uniformes e crachás.
- 4.10. A contratada deverá efetuar a portabilidade da faixa de DDRs já utilizadas pela UNIFESP, contemplando o conjunto de numeração (11) 3385-4100 a (11) 3385-4399.
- 4.11. O presente processo deve estar aderente à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 4.12. A CONTRATADA deverá providenciar a instalação de equipamentos e a configuração das rotas dentro dos prazos estipulados.

4.13. A CONTRATADA deve fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana.

5. NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

5.1. A necessidade tecnológica constitui-se de :

5.1.1 Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) a ser executado de forma contínua, prevendo disponibilizar infraestrutura de telefonia fixa, por meio de feixe E1 bidirecionais, dispondo de faixas de ramais com discagem direta ao ramal (DDR), contendo os seguintes serviços:

5.1.1.1. Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade ligação local;

5.1.1.2. Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Ligação Local pelo valor de Comunicação 1 (VC1);

5.1.1.3. Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional (LDN);

5.1.1.4. Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) pelo Valor de Comunicação 2 (VC2);

5.1.1.5. Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) pelo Valor de Comunicação 3 (VC3);

5.1.1.6. Realizar a devida portabilidade numérica e migração para faixa exclusiva de ramais;

5.1.1.7. Disponibilizar faturas com detalhamento das chamadas por ramal (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, outros).

5.2. A contratada deverá realizar todas as configurações necessárias para funcionamento da solução.

5.3. Para prestação dos serviços de telefonia fixa local, a CONTRATADA deverá fornecer e conectar Troncos de Entrada e Saída Digitais (E1/SIP) junto à(s) Central(is) Telefônica(s) da UNIFESP.

5.4. A CONTRATADA deverá realizar todas as etapas de teste antes da migração, como também preparar a portabilidade dos números telefônicos.

6. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

6.1 Além dos requisitos tecnológicos específicos, existem outros aspectos importantes a serem considerados ao escolher a contratação de serviços de telefonia comutada (STFC). Abaixo podemos listar uma série de vantagens e requisitos que fortalecem a escolha pela contratação dos serviços em questão.

6.1.1 Garantia na manutenção e assistência técnica são algumas das grandes vantagens dos que optam pela contratação de serviço contratado de serviços de telefonia comutada (STFC). Considerando que o serviço contratado será garantidor da comunicação de dados, a sua operabilidade precisa contar com a mesma garantia de que sempre esteja disponível para uso da instituição .

6.1.2. Benefícios de negócio.

6.1.3. A eficiência operacional já é, por si só, um ganho nos resultados, principalmente pela sua capacidade de garantir a qualidade da comunicação de dados ainda que haja interrupção dos circuitos principais contratados.

7. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

7.1. Para atendimento de todas as unidades a solução acima descrita deverá ser adquirida com base nas quantidades abaixo descritas:

Tabela 1

ITEM	Descrição	Quantidade mensal estimada no contrato	Quantidade estimada para 12 meses	Unidade de medida
1	Assinatura Link E1	3	36	unidades
2	Numeração DDR	400	4.800,000	unidades
3	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO - FIXO)	7000	84.000,000	minutos
4	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO - MÓVEL (VC1)	6000	72.000,000	minutos
5	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO - FIXO	400	4.800,000	minutos
6	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO - MÓVEL (VC2 E VC3)	60	720,000	minutos
7	Ligações LDI (LDI - STFC - F/FM) Origem Fixo - Qualquer País/Região	60	720,000	minutos

8. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

Tabela 2

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Telefonia Tradicional A abordagem tradicional, também conhecida como on-premise, utiliza uma infraestrutura interna centrada em um dispositivo de comutação telefônica (PABX). Essa solução demanda aquisição de equipamentos, sustentação de infraestrutura própria e contratação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Entre suas vantagens estão baixos custos iniciais, flexibilidade e controle sobre a telefonia local. Contratação de STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), executados de forma contínua, através de entroncamentos digitais (E1) Capazes de propiciar recebimento e execução de chamadas através de ramais DDR.
2	Opção pela não contratação de nenhum serviço telefonia. (Não viável)
3	Telefonia móvel. (Não viável)

8.1 O principal objetivo do ETP é proporcionar a escolha da melhor solução possível em termos de eficácia, efetividade e eficiência, além de economicamente viável, atendendo adequadamente às necessidades de negócio que motivaram a demanda. É por esse motivo que a Equipe de Planejamento da Contratação deve construir uma relação de critérios para possibilitar a comparação entre as diferentes soluções do ponto de vista qualitativo e econômico, realizando as seguintes ações: identificação das diferentes alternativas para solução da demanda, descrição das características funcionais e técnicas que compõem um possível cenário para sua implementação e operacionalização, incluindo os componentes e recursos necessários, sejam eles materiais, tecnológicos, financeiros, humanos, avaliação das alternativas identificadas em termos dos benefícios proporcionados, identificação das vantagens e das desvantagens de cada alternativa, descartando as inexequíveis ou inviáveis.

9. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

9.1. Consiste em análise crítica das diferentes soluções levantadas, considerando, além do seu aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação.

9.2. Como auxílio, o quadro seguinte poderá ser utilizado para comparação de alguns requisitos entre as soluções identificadas.

Tabela 3

Cenários

Requisitos		Contratação de STFC	Não Contratar	Migrar para telefonia móvel
Necessidade do negócio	Garantia de comunicação de voz com unidades internas e externas.	atende	não atende	não atende
	Comunicação de voz em nível local, nacional e internacional.	atende	não atende	atende
	Garantia de manutenção integrada ao serviço principal (sem custo extra).	atende	não atende	não atende
Tecnológico	Alinhamento e compatibilidade com os equipamentos pré instalados (central telefônica).	atende	não atende	não atende
Resultado da Análise		viável	não viável	não viável

10. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Opção pela não contratação de serviços de STFC

10.1. A opção pela não contratação da telefonia fixa levaria a indisponibilidade do meio mais popular e mais barato de comunicação entre setores da Unifesp e a comunidade a qual esta inserida. A dependência apenas de meios digitais de tráfego de dados, além de não recomendável no que diz respeito ao gerenciamento de riscos voltados a manutenção da comunicação essencial da Instituição, ainda colocaria a universidade em desacordo com diversas legislações e instruções normativas quanto às exigências e recomendações de manutenção de números de contato de telefonia convencional. Podemos mencionar ainda o desperdício de recursos e investimentos de uma grande infraestrutura construída e aprimorada através de diversos investimentos para que a UNIFESP pudesse oferecer a sua comunidade um serviço disseminado de comunicação por ramais capazes de efetuar as mais diversas chamadas telefônicas, desde contatos intra Campi até chamadas internacionais, contando hoje com a disponibilidade daquele que é ainda considerado o mais barato, estável e confiável serviço de comunicação de voz dentro todas as soluções disponíveis no mercado.

Telefonia móvel

10.2. A opção pela substituição da telefonia fixa comutada (STFC) pela telefonia móvel, além de suscitar o abandono de uma estrutura já implantada com alta capilaridade e disponibilidade, exigiria uma série de investimentos em novos equipamentos (aparelhos celulares, smartphones). Não obstante a necessidade de dispêndio mencionada, a solução de telefonia móvel traria a desvantagem do aumento de custos já que trata-se de uma tecnologia mais versátil com relação a mobilidade mas exponencialmente mais cara, cujos custos de minutagem de ligações são reconhecidamente mais caros. Considerando uma contratação de serviços de telefonia móvel em quantidade suficiente para substituir a capilaridade alcançada pela central telefônica e ramais instalados, teríamos uma significativa elevação dos custos mensais gastos pela instituição para manutenção de um sistema de comunicação abrangente de voz.

11. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

11.1 Informações sobre a pesquisa de mercado:

- I - A pesquisa de preços foi realizada pelo integrante da equipe de planejamento da contratação Luiz Claudio Gonçalves Junior, SIAPE 12894105.
- II - O método estatístico aplicado para a definição do valor estimado foi a média aritmética.
- III - Justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável: não aplicável.
- IV - Memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte: os orçamentos foram anexados ao processo (SEI 2900700).
- V - Foram priorizados os valores dos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços.
- VI - Foram observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de aplicação da solução, instalação e montagem da solução ou execução do serviço, quantidade contratada, velocidades e distâncias contratadas de forma compatível e análoga às necessidades da presente contratação.

12.CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Tabela 4

ITEM	Descrição	CATSER	Quantidade mensal estimada no contrato	Unidade de referência	Custo unitário - contrato atual	Custo unitário (resultado médio da cotação)	Custo mensal estimado (resultado médio da cotação)	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 12 meses	Estimativa de custo 12 meses
1	Assinatura Link E1	27731	3	unidade	R\$ 258,45	297,188	891,56	36	R\$ 10.698,75
2	Numeração DDR	26107	400	minutos	R\$ 0,02	0,0009	0,36	4.800	R\$ 4,32
3	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	26115	7000	minutos	R\$ 0,02	0,0266	186,20	84.000	R\$ 2.234,40
4	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1)	26123	6000	minutos	R\$ 0,11	0,095	570,00	72.000	R\$ 6.840,00
5	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO	26131	400	minutos	R\$ 0,10	0,102	40,68	4.800	R\$ 488,16
	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para								

6	ligações para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 EVC3)	26140	60	minutos	R\$ 0,10	0,149	8,95	720	R\$ 107,35
7	Ligações LDI (LDI - STFC - F/FM) Origem Fixo - Qualquer País/Região	27650	60	minutos	R\$ 1,81	1,130	67,80	720	R\$ 813,60
								TOTAL 12 MESES	R\$ 21.186,58

Tabela 5
Projeção de custos para 120 meses:

ITEM	Descrição	CATSER	Quantidade mensal estimada no contrato	unidade de referência	Custo unitário - contrato atual	Custo unitário (resultado médio da cotação)	Custo mensal estimado (resultado médio da cotação)	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 12 meses	Estimativa de custo 12 meses	Estimativa de custo 24 meses	Estimativa de custo 36 meses	Estimativa de custo 48 meses	Estimativa de custo 60 meses	Estimativa de custo 72 meses	Estimativa de custo 84 meses	Estimativa de custo 96 meses	Estimativa de custo 108 meses	Estimativa de custo 120 meses
1	Assinatura Link E1	27731	3	unidade	R\$ 258,45	R\$ 297,188	R\$ 891,56	36	R\$ 10.698,75	R\$ 21.397,50	R\$ 32.096,25	R\$ 42.795,00	R\$ 53.493,75	R\$ 64.192,50	R\$ 74.891,25	R\$ 85.590,00	R\$ 96.288,75	R\$ 106.987,50
2	Numeração DDR	26107	400	minutos	R\$ 0,02	R\$ 0,0009	R\$ 0,36	4.800	R\$ 4,32	R\$ 8,64	R\$ 12,96	R\$ 17,28	R\$ 21,60	R\$ 25,92	R\$ 30,24	R\$ 34,56	R\$ 38,88	R\$ 43,20
3	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	26115	7000	minutos	R\$ 0,02	R\$ 0,0266	R\$ 186,20	84.000	R\$ 2.234,40	R\$ 4.468,80	R\$ 6.703,20	R\$ 8.937,60	R\$ 11.172,00	R\$ 13.406,40	R\$ 15.640,80	R\$ 17.875,20	R\$ 20.109,60	R\$ 22.344,00
4	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1)	26123	6000	minutos	R\$ 0,11	R\$ 0,095	R\$ 570,00	72.000	R\$ 6.840,00	R\$ 13.680,00	R\$ 20.520,00	R\$ 27.360,00	R\$ 34.200,00	R\$ 41.040,00	R\$ 47.880,00	R\$ 54.720,00	R\$ 61.560,00	R\$ 68.400,00
5	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO	26131	400	minutos	R\$ 0,10	R\$ 0,102	R\$ 40,68	4.800	R\$ 488,16	R\$ 976,32	R\$ 1.464,48	R\$ 1.952,64	R\$ 2.440,80	R\$ 2.928,96	R\$ 3.417,12	R\$ 3.905,28	R\$ 4.393,44	R\$ 4.881,60
6	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 EVC3)	26140	60	minutos	R\$ 0,10	R\$ 0,149	R\$ 8,95	720	R\$ 107,35	R\$ 214,70	R\$ 322,06	R\$ 429,41	R\$ 536,76	R\$ 644,11	R\$ 751,46	R\$ 858,82	R\$ 966,17	R\$ 1.073,52
7	Ligações LDI (LDI - STFC - F/FM) Origem Fixo - Qualquer País/Região	27650	60	minutos	R\$ 1,81	R\$ 1,130	R\$ 67,80	720	R\$ 813,60	R\$ 1.627,20	R\$ 2.440,80	R\$ 3.254,40	R\$ 4.068,00	R\$ 4.881,60	R\$ 5.695,20	R\$ 6.508,80	R\$ 7.322,40	R\$ 8.136,00
								TOTAL 12 MESES	R\$ 21.186,58	R\$ 42.373,16	R\$ 63.559,75	R\$ 84.746,33	R\$ 105.932,91	R\$ 127.119,49	R\$ 148.306,07	R\$ 169.492,66	R\$ 190.679,24	R\$ 211.865,82

13. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

13.1 Descrição: STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), executados de forma contínua, através de entroncamentos digitais (E1) capazes de propiciar recebimento e execução de chamadas através de ramais DDR.

13.1.2 A análise comparativa entre três soluções (Telefonia Tradicional, Telefonia em Nuvem e Comunicações Unificadas) considerou aspectos qualitativos, benefícios e obstáculos. A decisão de optar pela solução mais apropriada (Telefonia Tradicional) foi embasada na centralização da compra, na otimização dos investimentos locais e na eficaz resposta às demandas de comunicação. Essa escolha foi fundamentada, em parte, pela experiência bem-sucedida vivenciada pela Instituição durante o contrato que agora se encerra. A aplicação anterior da solução demonstrou eficiência, confiabilidade e adaptabilidade às necessidades da universidade, consolidando a Telefonia Tradicional como uma opção sólida e comprovada. Ademais, considerando a infraestrutura já instalada, o STFC é hoje, de fato, a única solução atualmente capaz de atender de forma economicamente viável as especificidades técnicas relativas ao atendimento da comunicação analógica de voz em nível Local, Nacional e Internacional.

14. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

14.1 A estimativa do custo da contratação será a somatória do valor das instalações previamente informadas na descrição do produto objeto desta licitação.

14.2 O custo total estimado para o serviço de enlace de dados é de R\$ 21.186,58 (vinte e um mil cento e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) anuais.

14.3 A contratação está prevista no PGC 2026, conforme DFD (SE2988127) e será aprovada posteriormente pela autoridade competente.

Tabela 6

ITEM	Descrição	CATSER	Quantidade mensal estimada no contrato	Unidade de referência	Custo unitário - contrato atual	Custo unitário (resultado médio da cotação)	Custo mensal estimado (resultado médio da cotação)	Quantidade de minutos ou unidades estimadas para 12 meses	Estimativa de custo 12 meses
1	Assinatura Link E1	27731	3	unidade	R\$ 258,45	R\$ 297,188	R\$ 891,56	36	R\$ 10.698,75

2	Numeração DDR	26107	300	minutos	R\$ 0,02	R\$ 0,0009	R\$ 0,36	3.600	R\$ 4,32
3	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	26115	7000	minutos	R\$ 0,02	R\$ 0,0266	R\$ 186,20	84.000	R\$ 2.234,40
4	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1)	26123	6000	minutos	R\$ 0,11	R\$ 0,095	R\$ 570,00	72.000	R\$ 6.840,00
5	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO	26131	400	minutos	R\$ 0,10	R\$ 0,102	R\$ 40,68	4.800	R\$ 488,16
6	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 E VC3)	26140	60	minutos	R\$ 0,10	R\$ 0,149	R\$ 8,95	720	R\$ 107,35
7	Ligações LDI (LDI - STFC - F/FM) Origem Fixo - Qualquer País/Região	27650	60	minutos	R\$ 1,81	R\$ 1,130	R\$ 67,80	720	R\$ 813,60
								TOTAL 12 MESES	R\$ 21.186,58

15. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Eficiência Operacional e Produtividade

15.1. O STFC é uma ferramenta essencial para a operação diária da universidade, impactando diretamente a produtividade e a qualidade dos serviços prestados:

- a) Canais de comunicação acessíveis:** A telefonia fixa garante que estudantes, professores, pesquisadores, técnicos administrativos e a comunidade externa possam entrar em contato com os diversos setores da universidade de forma rápida e confiável. Isso é crucial para o suporte acadêmico, o agendamento de atendimentos e a troca de informações essenciais.
- b) Integração com sistemas internos:** O STFC pode ser integrado a sistemas de PABX (Private Automatic Branch Exchange) e outros recursos de comunicação unificada, como centrais de atendimento e secretárias eletrônicas. Isso otimiza o fluxo de trabalho, facilita o redirecionamento de chamadas e melhora o atendimento ao público.
- c) Continuidade dos serviços:** Ao contrário de linhas móveis que podem sofrer com a falta de sinal em algumas áreas ou a descarga de bateria, a telefonia fixa oferece uma conexão estável e contínua, garantindo que os serviços essenciais de comunicação não sejam interrompidos.

Conformidade Legal e Segurança

15.2. A contratação do STFC por meio de processo licitatório (como o Pregão Eletrônico) assegura que a UNIFESP esteja em total conformidade com a legislação brasileira (Lei nº 14.133/21). Além disso, a contratação formal garante:

- a) Transparência:** O processo licitatório promove a concorrência entre as empresas de telefonia, resultando em uma proposta mais vantajosa para a administração pública. Isso garante a transparência e a economicidade na gestão dos recursos públicos.
- b) Segurança jurídica:** Um contrato bem-elaborado estabelece claramente as obrigações da prestadora de serviços, as penalidades em caso de descumprimento e os direitos da universidade. Isso minimiza riscos jurídicos e garante a qualidade do serviço.

15.3. Em resumo, a contratação de STFC para a UNIFESP não é apenas um custo, mas um investimento estratégico que resulta em economia de escala, aumento da eficiência operacional e conformidade legal. Ele proporciona um ambiente de comunicação estável e confiável, fundamental para o bom funcionamento de uma instituição de ensino superior de grande porte. A ausência desse serviço resultaria em custos mais elevados, perda de produtividade e dificuldades no atendimento à comunidade acadêmica e externa.

Do parcelamento da contratação decorrente de aspectos técnicos

15.4. Não haverá parcelamento da solução.

16. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

16.1. A contratação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) para a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) é uma medida economicamente vantajosa e estratégica que se justifica por uma série de fatores, indo além da simples necessidade de comunicação. A seguir, apresentamos os principais pontos que embasam essa justificativa:

16.1.1. Otimização de Custos e Controle Financeiro;

16.1.2. A contratação de um serviço de telefonia fixa comutada, por meio de um contrato formal (contrato administrativo, ata de registro de preços, etc.), permite à UNIFESP:

- a) Economia de escala:** Ao centralizar a contratação, a universidade consegue negociar tarifas mais competitivas e pacotes de serviços que seriam inacessíveis em contratos individuais ou por departamento. Isso gera uma redução significativa nos custos com comunicação a longo prazo.
- b) Controle e previsibilidade de gastos:** O contrato estabelece um valor fixo ou um modelo de tarifação transparente, o que facilita o planejamento orçamentário e a alocação de recursos. Isso elimina a surpresa de contas avulsas ou tarifas variáveis, permitindo um gerenciamento financeiro mais eficaz.
- c) Redução de gastos com telefonia móvel:** Em muitos casos, as ligações institucionais feitas de telefones fixos são mais baratas que as realizadas de celulares corporativos. A disponibilidade de STFC reduz a necessidade de uso de linhas móveis para chamadas de longa duração, gerando uma economia adicional.

16.2 Justificativa das Vantagens do Contrato de Longo Prazo (5 anos ou mais)

16.2.1 Economicidade e Vantajosidade Financeira:

a) Melhores Preços e Condições: Contratos de maior duração permitem às empresas prestadoras de serviço planejar investimentos e recursos a longo prazo. Isso geralmente se traduz em propostas mais competitivas e preços unitários mais baixos durante o processo licitatório, resultando em economia para os cofres públicos.

b) Redução de Custos com Novas Licitações: A cada 12 meses, a Administração precisaria iniciar um novo e custoso processo licitatório (elaboração de termos de referência, editais, julgamento de propostas, etc.). Um contrato de 5 anos minimiza essa sobrecarga burocrática e financeira.

16.2.2 Eficiência Operacional e Continuidade do Serviço:

a) Garantia de Continuidade: O STFC é um serviço essencial para as atividades diárias de qualquer órgão público. Contratos curtos (12 meses) aumentam o risco de interrupção do serviço caso o processo de renovação ou uma nova licitação atrase, o que prejudicaria a comunicação institucional e o atendimento ao cidadão.

b) Otimização de Recursos Humanos: Servidores designados para gerir e fiscalizar contratos (fiscais e gestores) podem focar em outras atividades estratégicas, em vez de estarem constantemente envolvidos com trâmites de novas licitações anuais.

16.2.3 Segurança Jurídica e Planejamento:

a) Amparo Legal: A Lei nº 14.133/2021 autoriza, em seu Art. 106, a celebração de contratos de serviços contínuos, como é o caso da telefonia fixa, com prazo inicial de até 5 anos, permitindo prorrogações sucessivas até o limite de 10 anos, desde que mantidas as condições vantajosas.

b) Previsibilidade Orçamentária: Um contrato de longo prazo permite um planejamento financeiro e orçamentário mais robusto e previsível, alinhado com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o orçamento anual, evitando surpresas com flutuações de preços em renovações curtas.

16.2.4 Em suma, embora a contratação por 12 meses possa parecer uma opção de menor comprometimento inicial, a abordagem de 5 anos (ou mais, com prorrogações) é a que melhor atende ao princípio da eficiência e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme os preceitos legais e a jurisprudência dos órgãos de controle, como o TCU.

17. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

17.1. A contratação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) vai além da simples obtenção de um serviço de comunicação. Ela traz benefícios significativos para a eficiência, a economia e a segurança da instituição, melhor detalhados nos itens abaixo:

17.1.1. Otimização de Custos e Economia;

17.1.2. Redução de Despesas: A contratação por meio de licitação pública, como é o caso de uma universidade federal, geralmente leva à obtenção de tarifas mais competitivas e planos customizados, resultando em uma economia significativa nos gastos com telefonia em comparação com contratos individuais ou tarifas não negociadas;

17.1.3. Controle Orçamentário: O contrato de STFC proporciona maior previsibilidade de custos e facilidade no acompanhamento e gestão dos gastos, auxiliando no planejamento orçamentário da UNIFESP.

Continuidade e Qualidade dos Serviços Essenciais

17.2. Comunicação Institucional Contínua: O STFC é um serviço essencial que garante a comunicação ininterrupta entre os diversos campi, setores, departamentos, e o público externo, fundamental para as atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa.

17.3. Alta Disponibilidade e Confiabilidade: Os serviços de telefonia fixa geralmente oferecem maior estabilidade e qualidade de voz em relação a outros tipos de comunicação, sendo cruciais para chamadas de emergência, serviços de atendimento e comunicação de dados.

Apoio às Atividades Acadêmicas e Administrativas

17.3. Suporte Operacional: O serviço é vital para a operação diária, permitindo a comunicação rápida e eficiente entre professores, alunos, técnicos administrativos e a reitoria.

17.4. Atendimento ao Público: Garante um canal de comunicação institucional robusto para o atendimento a estudantes e à comunidade externa (ex.: informações sobre cursos, processos seletivos, etc.).

Gestão Centralizada e Transparência

17.5. Padronização: Permite a padronização dos serviços e das tecnologias de comunicação em toda a universidade, facilitando a manutenção e o suporte técnico.

17.6. Maior Transparência e Governança: A contratação via licitação e a gestão do contrato promovem a transparência na aplicação dos recursos públicos, em conformidade com as leis e normas da Administração Pública (como a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/21 - Nova Lei de Licitações, dependendo do regime).

Atendimento à Legislação

17.7. Conformidade Legal: Garante o atendimento aos requisitos legais e regulamentares da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e demais normas aplicáveis à contratação de serviços de telecomunicações pela administração pública.

17.8. Em resumo, a contratação de STFC via ETP busca consolidar um serviço de comunicação fundamental com foco em melhor custo-benefício, estabilidade e conformidade legal, fortalecendo a infraestrutura da UNIFESP.

18. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

18.1 Não há necessidade de providências prévias por parte da contratante.

19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

19.1. Levando-se em conta a necessidade de uma solução tecnicamente integrada que seja capaz de manter a mesma capacidade, velocidade e capilaridade hoje já disponíveis, a solução de contratação de STFC para a manutenção da comunicação de voz, se mostra como a única solução viável, capaz de atender a demanda de forma eficaz, abrangendo todos os locais estratégicos que necessitam do serviço. Hoje, o serviço de telefonia fixa comutada está amplamente instalada em praticamente toda a Instituição, garantindo a qualidade no tráfego de informações via voz, devendo portanto a contratação deste serviço essencial ser continuada.

19.2 JUSTIFICATIVA

19.2.1. Podemos afirmar que muitos benefícios que a solução escolhida proporcionará para a instituição, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, alinhada aos instrumentos estratégicos institucionais, foram demonstrados acima, trazendo maior segurança a comunicação de voz em todos os seus aspectos operacionais.

19.2.2. Importante destacar as diferentes dimensões dos benefícios esperados:

19.2.3. Eficácia significa atingir o objetivo. A solução de TIC em questão será eficaz caso entregue os produtos decorrente da contratação esperada, de acordo com prazos e qualidade previamente definidos.

19.2.4. Efetividade implica em produzir o efeito esperado. A solução de TIC em tela será efetiva caso produza os resultados (benefícios) pretendidos com a contratação, em termos de objetivos de negócio e estratégicos da instituição.

19.2.5. Eficiência é fazer certo, fazer bem-feito, fazer mais com menos recursos. A solução de TIC (contratação de links Lan to Lan) será eficiente quando, além de ser eficaz, atender ao princípio da economicidade para a UNIFESP, o que podemos notar diante das justificativas apresentadas.

20. RESPONSÁVEIS

20.1 A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Despacho nº 2929972.

20.1.2 Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de IC.

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO	INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Luiz Goncalves SIAPE: 12894105	Fernando Rodrigues Troncone SIAPE: 0117413	Jose Carlos A. Ohta SIAPE: 18585082

21. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

21.1. Aprovação do documento e declaração expressa da autoridade máxima da Área de TIC quanto à adequação dos estudos realizados neste artefato aos ditames da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

21.2. Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL – § 3º do art. 11)
Lidiane Cristina da Silva Matrícula/SIAPE: 44875653
São Paulo, 28 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigues Troncone, Técnico em Tecnologia da Informação**, em 31/12/2025, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vivian Colla das Neves, Assistente em Administração**, em 05/01/2026, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Carlos Aparecido Ohta, Diretor**, em 05/01/2026, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Kazumi Koketu, Administradora**, em 05/01/2026, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Cristina da Silva, Superintendente da Tecnologia da Informação**, em 05/01/2026, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Trinca dos Santos, Chefe de Divisão**, em 05/01/2026, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clicando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3138368** e o código CRC **B2C81A83**.

Rua Sena Madureira, 1500 4º Andar - Bairro Vila Clementino - São Paulo - SP CEP 04021-001 - <http://www.unifesp.br>



STI-DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

MAPEAMENTO DE RISCOS nº 2898852/2025/STI-DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

São Paulo, 15 de agosto de 2025.

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (Contratação de serviço de Telefonia Fixa Comutada STFC)
Processo Administrativo nº 23089.012960/2025-51

INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Classificação	Valor
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade e impacto.

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.

Probabilidade (P)	15	75	150	225
	10	50	100	150
	5	25	50	75
	5	10	15	

Figura 1: Matriz Probabilidade x Impacto

Exemplo de diretrizes de tratamento de riscos:

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto. Caso o risco enquadre-se na região verde, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Se estiver na região amarela, entende-se como médio; e se estiver na região vermelha, entende-se como nível de risco alto. Nos casos de riscos classificados como médio e alto, deve-se adotar obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.

O gerenciamento de riscos deve ser realizado em harmonia com a Política de Gestão de Riscos do órgão prevista na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016>.

Referência: Art. 38 IN SGD/ME nº 1, de 2019.

2 – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento.

Legenda: P – Probabilidade; I – Impacto.

¹ A qual natureza o risco está associado: fases do Processo da Contratação ou Solução Tecnológica.

² Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.19).

³ Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.18).

⁴ Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades (ISO/IEC 31000:2009, item 2.23 e IN SGD/ME nº 1, de 2019, art. 2º, inciso XIII).

<Lembrete: As probabilidades e Impactos são inicialmente definidos no item 3 – Avaliação e Tratamento dos Riscos Identificados e transferidos para a tabela acima para o cálculo dos níveis de risco>.

Id	Risco	Relacionado ao(à):	P	I	Nível de Risco (P x I)
R01	Frustração na licitação	Planejamento da Contratação	5	15	75
R02	Desclassificação da empresa vencedora no processo licitatório	Área Administrativa	10	10	100
R03	Falência do fornecedor	Área Administrativa	5	15	75
R04	Atraso na entrega do produto ou serviço	Fiscal do Contrato /	5	10	100

R04	Atraso na entrega do produto ou serviço	STI	5	10	100
R05	Fornecedor não entrega o produto ou o serviço	Fiscal do Contrato / STI	5	15	75
R06	Fornecedor entrega o produto com defeito	Fiscal do Contrato / STI	5	5	25
R07	Falha no suporte ao usuário por parte da contratada	Fiscal do Contrato / STI	10	10	100
R08	Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações.	Área Administrativa	10	10	100
R09	Fornecedor entrega produto diverso do contratado	Fiscal do Contrato / STI	10	10	100
R10	Indisponibilidade do serviço contratado	Fiscal do Contrato / STI	10	10	75

3 – AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Risco 01	Risco:	Frustração na licitação			
	Probabilidade:	Baixa			
	Impacto:	Alto			
	Dano 1:	Atraso na contratação e consequente não atendimento à demanda, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários e gestores.			
	Tratamento:	Mitigar possibilidades e dando atendimento aos requisitos legais exigidos.			
	Id	Ação Preventiva	Responsável		
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.	Equipe de Planejamento da Contratação		
	2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.	Equipe de Planejamento da Contratação		
	3	Verificação do teor de impugnações e recursos em contratações similares.	Equipe de Planejamento da Contratação		
	4	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.	Equipe de Planejamento da Contratação		

Id Ação de Contingência		Responsável
1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	STI / Área Administrativa
2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 02	Risco:	Desclassificação da empresa vencedora no processo licitatório		
	Probabilidade:	Médio		
	Impacto:	Médio		
	Dano 1:	Atraso na contratação e consequente não atendimento à demanda, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários e gestores.		
	Tratamento:	Mitigar possibilidades e acelerar o chamamento do segundo colocado.		
	Id Ação Preventiva		Responsável	
	1	Objetividade e transparência na elaboração do edital para evitar interpretação errônea por parte do participante.	Área Administrativa	
	2	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.	Equipe de Planejamento da Contratação	
	Id Ação de Contingência		Responsável	
	1	Informar a respeito dos requisitos contido no edital para evitar desclassificações por não atendimento às regras.	STI / Área Administrativa	
	2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	Equipe de Planejamento da Contratação	

Risco:	Falência do fornecedor
Probabilidade:	Baixa

Risco 03	Impacto:		Alto
	Dano 1:		Interrupção ou Atraso na contratação e consequente não atendimento à demanda, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários, gestores e Administração Pública em geral.
	Tratamento:		Mitigar possibilidades analisando a situação da empresa vencedora no mercado, sua situação fiscal, etc., antes de contratá-la e acelerar o chamamento do segundo colocado.
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Análise fiscal por meio de certidões que atestem positivamente a situação da empresa.	Área Administrativa
	2	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Informar a respeito dos requisitos contido no edital para evitar desclassificações por não atendimento às regras.	STI / Área Administrativa
	2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 04	Risco:		Atraso na entrega do produto ou serviço
	Probabilidade:		Baixa
	Impacto:		Médio
	Dano 1:		Atraso na entrega do produto ou serviço e consequente não atendimento à demanda, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários, gestores e Administração Pública em geral.
	Tratamento:		Mitigar possibilidades de atraso, informando a empresa previamente sobre possível solicitação de produtos registrados na ATA. Dar prazo razoável e legal para o recebimento dos produtos solicitados.
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Avisar previamente a empresa sobre a existência da demanda para que não seja pressionada a empresa a entregar o produto ou serviço em prazo de atendimento impossível.	Área Administrativa

	2	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id Ação de Contingência		Responsável
	1	Informar a respeito dos requisitos contidos no edital sobre os prazos de entrega e solicitações dos produtos ou serviços.	STI / Área Administrativa

Risco 05	Risco:	Fornecedor não entrega o produto ou serviço	
	Probabilidade:	Baixa	
	Impacto:	Alto	
	Dano 1:	Atraso no atendimento à demanda, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários e gestores.	
	Tratamento:	Mitigar possibilidades e dando atendimento aos requisitos legais exigidos no contrato e nas leis que regem o procedimento como um todo.	
	Id Ação Preventiva		Responsável
	1	Possuir estoque de produtos de acordo com o planejamento para não depender exclusivamente da entrega do produto.	STI / Equipe de Planejamento da Contratação
	Id Ação de Contingência		Responsável
	1	Possuir produtos em estoque para dar atendimento em caráter de urgência, bem como dar ter um planejamento atualizado.	STI / Área Administrativa

	Risco:	Fornecedor entrega o produto com defeito ou não presta satisfatoriamente o serviço	
	Probabilidade:	Baixa	
	Impacto:	Alto	
	Dano 1:	Interrupção ou Atraso na contratação e consequente não atendimento à demanda, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários, gestores e Administração Pública em geral.	
	Tratamento:	Solicitação de substituição do equipamento ou solução do problema	

Risco 06	Tratamento:		por meio de abertura de chamado e reparo necessário.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável	
	1	Atentar aos detalhes de manuseio e utilização do equipamento.	Todos	
	2	Inspecionar o produto assim que retirá-lo da caixa.	STI / Técnico de TI	
	3	Informar com brevidade à equipe responsável sobre qualquer anomalia no funcionamento do equipamento	Usuário Final	
	Id	Ação de Contingência	Responsável	
	1	Possuir estoque de produtos de acordo com o planejamento para não depender exclusivamente da entrega do produto para evitar atraso nos trabalhos.	STI / Área Administrativa	
	2	Abertura de chamado junto à empresa relatando o ocorrido com o equipamento.	Equipe de Planejamento da Contratação	
Risco 07	Risco:		Falha no suporte ao usuário por parte da contratada	
	Probabilidade:		Médio	
	Impacto:		Médio	
	Dano 1:		Interrupção ou Atraso na rotina do usuário final e consequente não atendimento à demanda, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários, gestores e Administração Pública em geral.	
	Tratamento:		Solicitação de substituição do equipamento ou solução do problema por meio de abertura de chamado e reparo necessário.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável	
	1	Ter ciência dos canais corretos para buscar o atendimento desejado na busca da solução da ocorrência.	Todos	
	2	Informar com brevidade à equipe responsável sobre qualquer anomalia no funcionamento do equipamento	Usuário Final	
	Id	Ação de Contingência	Responsável	
	1	Informar corretamente o usuário sobre como buscar soluções caso enfrente algum problema com o equipamento.	STI / Área Administrativa	
	2	Abertura de chamado junto à empresa relatando o ocorrido com o atendimento.	Equipe de Planejamento da Contratação	

Risco 08	Risco:		Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações.
	Probabilidade:		Média
	Impacto:		Médio
	Dano 1:		Atraso na contratação e consequente indisponibilidade de equipamentos para dar atendimento à demanda existente, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários.
	Tratamento:		Mitigar a possibilidade de impugnações providenciando um edital claro, objetivo, legal, sem direcionamentos e atendendo aos requisitos legais envolvidos na contratação em questão.
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Elaborar um edital de acordo com a legislação pertinente.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Verificação do teor de impugnações e recursos em contratações similares.	Equipe de Planejamento da Contratação
	4	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade, bem como atendimento aos requisitos legais na elaboração do edital.	Equipe de Planejamento da Contratação / Área Administrativa

MAPEAMENTO DE RISCOS STI-DIVISÃO DE GESTÃO ADM 2898852

Risco 09	Tratamento:		Mitigar possibilidades e dando atendimento aos requisitos legais exigidos, bem como atentar ao produto registrado na ATA.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável	
	1	Observar a indicação do produto na caixa no ato do recebimento.	STI área técnica	
	Id	Ação de Contingência	Responsável	
	1	Entrar em contato com o fornecedor e solicitar a troca do equipamento de acordo com o produto registrado na ATA.	STI - fiscal do contrato.	

Risco 10	Risco:		Indisponibilidade do serviço contratado	
	Probabilidade:		Baixa	
	Impacto:		Alto	
	Dano 1:		Interrupção do serviço acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários e gestores.	
	Tratamento:		Mitigar possibilidades utilizando equipamentos para monitorar qualquer falha, defeito, dano temporário ou permanente, atuando prontamente para solucionar o problema encontrado. Atuação proativa por parte da empresa vencedora do certame.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável	
	1	Observar os mapas e sistemas que permitem identificar eventuais falhas ou danos causados	STI área técnica + Empresa contratada	
	Id	Ação de Contingência	Responsável	
	1	Entrar em contato com o fornecedor e solicitar a troca do equipamento de acordo com o produto registrado na ATA.	STI - fiscal do contrato.	

4 – ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS

O acompanhamento das ações de tratamento de riscos será realizado pelas equipes responsáveis por cada questão individualmente, conforme item 3 deste documento.

5 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

Conforme § 5º do art. 38 da IN SGD/ME nº 1, de 2019, o Mapa de Gerenciamento de Riscos deve ser assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, nas fases de Planejamento da Contratação e de Seleção de Fornecedores, e pela Equipe de Fiscalização do Contrato, na fase de Gestão do Contrato.

Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
Jose Carlos A. Ohta SIAPE: 18585082	Fernando Troncone SIAPE: 0117413	Luiz C. Goncalves Jr. SIAPE:12894105



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Cardoso Carvalho, Diretor(a)**, em 01/10/2025, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Trinca dos Santos, Chefe de Divisão**, em 01/10/2025, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vivian Colla das Neves, Assistente em Administração**, em 01/10/2025, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Claudio Gonçalves Junior, Chefe de Divisão**, em 01/10/2025, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigues Troncone, Técnico em Tecnologia da Informação**, em 01/10/2025, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Kazumi Koketu, Administradora**, em 01/10/2025, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Fukusawa, Analista Tecnologia da Informação**, em 01/10/2025, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Carlos Aparecido Ohta, Diretor**, em 02/10/2025, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Cristina da Silva, Superintendente da Tecnologia da Informação**, em 02/10/2025, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **2898852** e o código CRC **28E0CBB0**.

Rua Sena Madureira, 1500 4º Andar - Bairro Vila Clementino - São Paulo - SP CEP 04021-001 -
<http://www.unifesp.br>



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



STI-DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
Rua Sena Madureira, 1500 4º Andar - Bairro Vila Clementino - São Paulo - SP CEP 04021-001 -
<http://www.unifesp.br>
(11) 5576-4848

Anexo 1

Anexo 1 - Modelo de atestado de vistoria

Atestamos para os devidos fins que a empresa, _____, situada na _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, Cidade _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Estado _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada neste ato pelo (a) Sr. (Sra.) _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____, Órgão Emissor _____, realizou a vistoria técnica no local dos serviços detalhados no Termo de Referência acima citada, cumprindo as exigências nele contidas.

São Paulo ____ de _____ de 202__.

Empresa
(Nome e assinatura)

UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP
Campi
(Nome e assinatura)

Responsáveis membros da equipe de planejamento

Andréia Trínca dos Santos - Divisão Gestão Adm- STI
João Fukusawa - Divisão de gestão Adm. - STI
Luiz Cláudio Gonçalves Junior - Divisão de gestão Adm. - STI
Renata Kazumi Koketu - Divisão de Materiais - Campus Diadema
Vivian Colla das Neves - Divisão de Contratos - Campus Diadema
Fernando Troncone - Divisão de Redes - STI

	Documento assinado eletronicamente por Alexsandro Cardoso Carvalho , Diretor(a), em 01/10/2025, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Andréia Trínca dos Santos , Chef. de Divisão, em 01/10/2025, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Luiz Cláudio Gonçalves Junior , Chef. de Divisão, em 01/10/2025, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Fernando Rodrigues Troncone , Técnico em Tecnologia da Informação, em 01/10/2025, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Renata Kazumi Koketu , Administradora, em 01/10/2025, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por João Fukusawa , Analista de Tecnologia da Informação, em 01/10/2025, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Jose Carlos Aparecido Ohta , Diretor, em 02/10/2025, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Lidiane Cristina da Silva , Superintendente da Tecnologia da Informação, em 02/10/2025, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

 A autenticidade deste documento pode ser conferida [clicando aqui](https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?ac=ver_documento&conf=ver_documento&acesso_externo=0), ou pelo endereço: https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?ac=ver_documento&conf=ver_documento&acesso_externo=0 informando o código verificador **2987094** e o código CRC **C5C2269F**.

Referência: Processo nº 23089.012960/2025-51
Especificação do Processo: Contratação de empresa de telefonia fixa
Descrição do documento:
SEI nº 2987094



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



STI-DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
Rua Sena Madureira, 1500 4º Andar - Bairro Vila Clementino - São Paulo - SP CEP 04021-001 -
<http://www.unifesp.br>
(11) 5576-4848

ANEXO I - TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO com sede na Rua Sena Madureira nº 1.500, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 60.453.032/0001-74, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a , sediada em, CNPJ n.º , doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

Cláusula Quarta - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO. I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº 14.133/21.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro do município de São Paulo, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Trinca dos Santos, Chefe de Divisão**, em 31/10/2025, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renat a Kazumi Koketu, Administradora**, em 31/10/2025, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vivian Colla das Neves, Assistente em Administração**, em 31/10/2025, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Claudio Gonçalves Junior, Chefe de Divisão**, em 31/10/2025, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Carlos Aparecido Ohta, Diretor**, em 03/11/2025, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigues Troncone, Técnico em Tecnologia da Informação**, em 03/11/2025, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço:
"https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador
3051263 e o código CRC **D88B54A8**.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



STI-DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
Rua Sena Madureira, 1500 4º Andar - Bairro Vila Clementino - São Paulo - SP CEP 04021-001 -
<http://www.unifesp.br>
(11) 5576-4848

ANEXO II- TERMO DE CIÊNCIA DE SIGILO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo ou Gestor do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados (referência: Art. 18, Inciso V, alínea "b" da IN SGD/ME Nº 94/2022).

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade. No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea "b" da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xx/aaaa
OBJETO	
CONTRATADA	
CNPJ	
PREPOSTO	
GESTOR DO CONTRATO	
SIAPE	

2. CIÊNCIA


Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e

conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.


Funcionários da contratada

Nome	Matrícula	Assinatura


Local, dia, mês, ano.




Documento assinado eletronicamente por **Andreia Trinca dos Santos, Chefe de Divisão**, em 31/10/2025, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).




Documento assinado eletronicamente por **Renata Kazumi Koketu, Administradora**, em 31/10/2025, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).




Documento assinado eletronicamente por **Vivian Colla das Neves, Assistente em Administração**, em 31/10/2025, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).




Documento assinado eletronicamente por **Luiz Claudio Gonçalves Junior, Chefe de Divisão**, em 31/10/2025, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Carlos Aparecido Ohta, Diretor**, em 03/11/2025, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigues Troncone, Técnico em Tecnologia da Informação**, em 03/11/2025, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador 3050742 e o código CRC B91738A3.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Rua Sena Madureira, 1500, - Bairro Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP 04021-001
Telefone: 4044-0500 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.unifesp.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 23089.012960/2025-51

* MINUTA DE DOCUMENTO

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico para contratação de serviços/Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação
Aprovado pela Secretaria de Governo Digital
Identidade visual pela Secretaria de Gestão
Atualização: AGO/2025

MODELO DE TERMO DE CONTRATO Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC SERVIÇOS - LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX)

CONTRATO Nº/.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A [União] OU [Autarquia XXXX] OU [Fundação XXXXX], por intermédio do(a) [órgão contratante], por intermédio da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP**, com sede na **Rua Sena Madureira - Vila Clementino, 1.500**, na cidade de **São Paulo/SP**, inscrita no CNPJ sob o nº **60.453.032/0001-74**, neste ato representada pela **Pró-Reitora de Administração, Sra. Geórgia Mansour**, nomeada pela Portaria nº **1.707, de 14/04/2023**, publicada no DOU de **17/04/2023**, portador da Matrícula Funcional nº **0116765**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO] conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23089.012960/2025-51 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de **Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel)** nas modalidades **Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI)** a ser executado de forma contínua, prevendo a destinação de entroncamentos digitais (E1) com garantia de qualidade de serviço, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção de equipamentos e suporte técnico preventivo, corretivo e adaptativo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Assinatura Link E1	27731	unidades	36		
2	Numeração DDR	26107	unidades	4.800		

3	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	26115	minutos	84.000		
4	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1)	26123	minutos	72.000		
5	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO	26131	minutos	4.800		
6	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 E VC3)	26140	minutos	720		
7	Ligações LDI (LDI - STFC - F/FM) Origem Fixo - Qualquer País/Região	27650	minutos	720		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do

ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos

quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. ~~Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;~~

~~9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.~~

Os itens 9.25 e 9.25.1 são inaplicáveis ao objeto deste contrato, pois não teremos preposto para este contrato.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

- 13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade:
- II - Fonte de Recursos:
- III - Programa de Trabalho:
- IV - Elemento de Despesa:
- V - Plano Interno:
- VI - Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **São Paulo**, Seção Judiciária **da Capital** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Representante legal da CONTRATANTE

Fiscal Titular

Fiscal Substituto

Representante legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Vivian Colla das Neves, Assistente em Administração**, em 31/10/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Trinca dos Santos, Chefe de Divisão**, em 31/10/2025, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Kazumi Koketu, Administradora**, em 31/10/2025, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigues Troncone, Técnico em Tecnologia da Informação**, em 31/10/2025, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Fukusawa, Analista Tecnologia da Informação**, em 03/11/2025, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Claudio Gonçalves Junior, Assistente em Administração**, em 03/11/2025, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Carlos Aparecido Ohta, Diretor**, em 03/11/2025, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3050890** e o código CRC **24A37875**.

Referência: Processo nº 23089.012960/2025-51

SEI nº 3050890

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
219/2025	153031	Rascunho	LUIZ CLAUDIO GONCALVES JUNIOR

Título: telefonia fixa comutada STFC

Observações: Foram efetuadas pesquisas e selecionadas as cotações (utilizando as médias) cujo objeto mais se aproximou das características técnicas dos itens do contrato atual de STFC da UNIFESP, considerando as regiões de origem, regiões de destino e padrões de uso previstos para as ligações locais , interestaduais, internacionais - (fixo x fixo e fixo x móvel) + assinatura de link E1 e Discagem direta para ramais.

Total de itens cotados: 7 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 2.471,6870

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
27650 - Chamadas internacionais (ldi-stfc/smp-fm/f) - destino fixo	MINUTOS	720
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 0,8700	R\$ 1,1300	R\$ 1,1300
Coeficiente de Variação: 23,0088%		
Desvio Padrão: 0,2600		
Maior Preço: R\$ 1,3900		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	24	MINUTOS	R\$ 1,3900	13/03/2025	Sim
2	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	36	MINUTOS	R\$ 1,3900	13/03/2025	Sim
3	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	552	MINUTOS	R\$ 1,3900	13/03/2025	Sim
4	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	936	MINUTOS	R\$ 1,3900	13/03/2025	Sim
5	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	24	MINUTOS	R\$ 0,8700	13/03/2025	Sim
6	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	36	MINUTOS	R\$ 0,8700	13/03/2025	Sim
7	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	552	MINUTOS	R\$ 0,8700	13/03/2025	Sim
8	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	936	MINUTOS	R\$ 0,8700	13/03/2025	Sim

Legenda:

Item: 2

Descrição do item			Unidade de Fornecimento		Quantidade		
26140 - Chamadas nacionais fixo-movel - stfc-ldn-fm (vc2 e vc3)			MINUTOS		60		
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço		Média		● Mediana		Coeficiente de Variação: 110,4628%	
R\$ 0,0000		R\$ 0,1491		R\$ 0,1267		Desvio Padrão: 0,1647	
						Maior Preço: R\$ 0,6000	
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	360	MINUTOS	R\$ 0,0001	06/08/2025	Sim
i2	I	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 30.000,0000	31/07/2025	Não
3	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	MINUTOS	R\$ 1,1106	29/07/2025	Não
4	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	MINUTOS	R\$ 1,1106	29/07/2025	Não
5	I	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	12	MINUTOS	R\$ 280,0000	24/07/2025	Não
i6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 230,0000	21/07/2025	Não
7	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	11	MINUTOS	R\$ 76,8000	16/07/2025	Não
8	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	35	MINUTOS	R\$ 69,6000	16/07/2025	Não
i9	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	173	MINUTOS	R\$ 1,0099	14/07/2025	Não
i10	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	122	MINUTOS	R\$ 1,0099	14/07/2025	Não
i11	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	1400	MINUTOS	R\$ 0,9168	14/07/2025	Não
12	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	6000	MINUTOS	R\$ 0,4879	14/07/2025	Não
13	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 305.000,0000	04/07/2025	Não
14	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	36	MINUTOS	R\$ 0,0000	03/07/2025	Não
15	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6000	MINUTOS	R\$ 1,1000	27/06/2025	Não
16	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6000	MINUTOS	R\$ 1,0500	27/06/2025	Não
17	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	240	MINUTOS	R\$ 0,1000	27/06/2025	Não
18	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	120	MINUTOS	R\$ 1,0000	27/06/2025	Não
19	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	480	MINUTOS	R\$ 1,0000	27/06/2025	Não
20	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	332	MINUTOS	R\$ 84,2168	26/06/2025	Não
		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA					

21		PUBLICA - Compras.gov.br	239 MINUTOS	R\$ 81,2158	26/06/2025	Não
22		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	9000 MINUTOS	R\$ 0,1267	25/06/2025	Sim
23		EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	10500 MINUTOS	R\$ 0,1268	25/06/2025	Sim
24		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	39000 MINUTOS	R\$ 0,0002	18/06/2025	Sim
25		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4710 MINUTOS	R\$ 1,1000	16/06/2025	Não
26		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	25000 MINUTOS	R\$ 0,3800	13/06/2025	Não
27		DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	163800 MINUTOS	R\$ 0,0700	13/06/2025	Sim
i28		CONSELHO REG. DOS TECNICOS INDUSTRIAIS 3ª-PE - Compras.gov.br	1 MINUTOS	R\$ 38.160,0000	06/06/2025	Não
29		COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	12000 MINUTOS	R\$ 0,0001	04/06/2025	Sim
i30		GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	360000 MINUTOS	R\$ 1,5800	02/06/2025	Não
i31		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 MINUTOS	R\$ 4.500,0000	28/05/2025	Não
32		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	120000 MINUTOS	R\$ 0,1000	16/05/2025	Sim
33		ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	30 MINUTOS	R\$ 0,0000	16/05/2025	Sim
34		UFESBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - Compras.gov.br	144000 MINUTOS	R\$ 0,0001	14/05/2025	Sim
35		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	10000 MINUTOS	R\$ 0,1700	13/05/2025	Sim
i36		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	9100 MINUTOS	R\$ 1,7600	11/05/2025	Não
37		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	5 MINUTOS	R\$ 50,0000	25/04/2025	Não
38		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1 MINUTOS	R\$ 576.900,0000	10/04/2025	Não
39		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	3000 MINUTOS	R\$ 0,8000	31/03/2025	Não
40		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	7500 MINUTOS	R\$ 0,8000	31/03/2025	Não
41		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4320 MINUTOS	R\$ 1,1000	31/03/2025	Não
42		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4320 MINUTOS	R\$ 1,0500	31/03/2025	Não
43		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	43200 MINUTOS	R\$ 0,4500	31/03/2025	Sim
i44		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2200 MINUTOS	R\$ 0,1800	20/03/2025	Sim
i45		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 MINUTOS	R\$ 1485,0000	16/03/2025	Não
46		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	6000 MINUTOS	R\$ 0,2500	14/03/2025	Sim
47		CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-RJ - Compras.gov.br	1 MINUTOS	R\$ 0,0000	14/03/2025	Sim
48		COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	20 MINUTOS	R\$ 0,6000	13/03/2025	Sim
49		AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	11448 MINUTOS	R\$ 0,2300	13/03/2025	Sim
50		AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	11448 MINUTOS	R\$ 0,2300	13/03/2025	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
26115 - Chamadas locais fixo-fixo stfc-local-ff		MINUTOS	7000
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 106,3910%
R\$ 0,0000	R\$ 0,0266	R\$ 0,0135	Desvio Padrão: 0,0283
Maior Preço: R\$ 0,0800			
Método de cálculo adotado: Mediana			

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 325.707,0000	07/08/2025	Não
2	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	70000	MINUTOS	R\$ 0,0800	06/08/2025	Sim
3	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	28800	MINUTOS	R\$ 0,0002	06/08/2025	Sim
4	I	PREFEITURA DE MANGUEIRINHA - PR - Compras.gov.br	96	MINUTOS	R\$ 199,0000	04/08/2025	Não
5	I	PREFEITURA DE MANGUEIRINHA - PR - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 588,0000	04/08/2025	Não
6	I	PREFEITURA DE MANGUEIRINHA - PR - Compras.gov.br	48	MINUTOS	R\$ 130,0000	04/08/2025	Não
7	I	PREFEITURA DE MANGUEIRINHA - PR - Compras.gov.br	24	MINUTOS	R\$ 2.000,0000	04/08/2025	Não
8	I	PREFEITURA DE MANGUEIRINHA - PR - Compras.gov.br	24	MINUTOS	R\$ 149,0000	04/08/2025	Não
9	I	PREFEITURA DE MANGUEIRINHA - PR - Compras.gov.br	24	MINUTOS	R\$ 149,0000	04/08/2025	Não
10	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	45000	MINUTOS	R\$ 0,0600	29/07/2025	Sim
11	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	8424	MINUTOS	R\$ 15,0000	16/07/2025	Não
12	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	25000	MINUTOS	R\$ 0,1300	16/07/2025	Não
i13	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	4822	MINUTOS	R\$ 0,2489	14/07/2025	Não
14	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	8000	MINUTOS	R\$ 0,1000	14/07/2025	Não
i15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 6.000,0000	06/07/2025	Não
16	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	36	MINUTOS	R\$ 0,0000	03/07/2025	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	60000	MINUTOS	R\$ 0,3400	27/06/2025	Não
18	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	48000	MINUTOS	R\$ 0,0200	27/06/2025	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6821	MINUTOS	R\$ 31,1339	26/06/2025	Não
20	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	660000	MINUTOS	R\$ 0,0135	25/06/2025	Sim
21	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	120000	MINUTOS	R\$ 0,0002	18/06/2025	Sim
22	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	153645	MINUTOS	R\$ 0,3500	16/06/2025	Não

23		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	200000	MINUTOS	R\$ 0,0020	13/06/2025	Sim
24		COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	30000	MINUTOS	R\$ 0,0001	04/06/2025	Sim
i 25		GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	720000	MINUTOS	R\$ 0,1400	02/06/2025	Não
26		ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 659.802,0000	23/05/2025	Não
27		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	252000	MINUTOS	R\$ 0,0500	16/05/2025	Sim
28		ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	30	MINUTOS	R\$ 0,0000	16/05/2025	Sim
29		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 1.715.580,0000	15/05/2025	Não
30		UFESBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - Compras.gov.br	1392000	MINUTOS	R\$ 0,0001	14/05/2025	Sim
31		DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	1500	MINUTOS	R\$ 0,0100	13/05/2025	Sim
32		DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	1500	MINUTOS	R\$ 0,0100	13/05/2025	Sim
33		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	5000	MINUTOS	R\$ 0,0300	13/05/2025	Sim
i 34		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12	MINUTOS	R\$ 299,8000	12/05/2025	Não
35		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	12	MINUTOS	R\$ 4.000,0000	06/05/2025	Não
36		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	192	MINUTOS	R\$ 16,0500	06/05/2025	Não
37		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	270000	MINUTOS	R\$ 0,1300	31/03/2025	Não
38		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	95040	MINUTOS	R\$ 0,3500	31/03/2025	Não
39		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1356	MINUTOS	R\$ 71,9000	27/03/2025	Não
40		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	60	MINUTOS	R\$ 745,3000	27/03/2025	Não
41		DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 46.896,0000	24/03/2025	Não
i 42		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	24000	MINUTOS	R\$ 0,0600	20/03/2025	Sim
43		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	8000	MINUTOS	R\$ 0,1500	14/03/2025	Não
44		COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	1400	MINUTOS	R\$ 0,6000	13/03/2025	Não
45		AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	840000	MINUTOS	R\$ 0,0600	13/03/2025	Sim
46		AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	60000	MINUTOS	R\$ 0,0300	13/03/2025	Sim
47		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1010	MINUTOS	R\$ 0,6000	07/03/2025	Não
48		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	15000	MINUTOS	R\$ 0,0800	06/03/2025	Sim
49		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 3.724,5600	21/02/2025	Não
50		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 288,0000	20/02/2025	Não

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item

26123 - Chamadas locais fixo-movel stfc-local-fm (vc1)

Unidade de Fornecimento

MINUTOS

Quantidade

6000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,0000

Média

R\$ 0,0950

Mediana

R\$ 0,0700

Coefficiente de Variação: 103,3684%

Desvio Padrão: 0,0982


Maior Preço: R\$ 0,3401

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	17000	MINUTOS	R\$ 0,9500	06/08/2025	Não
2	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	1800	MINUTOS	R\$ 0,0002	06/08/2025	Sim
3	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	20000	MINUTOS	R\$ 0,3401	29/07/2025	Sim
4	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1308	MINUTOS	R\$ 36,6000	16/07/2025	Não
5	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	5000	MINUTOS	R\$ 0,4300	16/07/2025	Não
i6	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	2560	MINUTOS	R\$ 0,8906	14/07/2025	Não
i7	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	520	MINUTOS	R\$ 0,7859	14/07/2025	Não
8	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2400	MINUTOS	R\$ 0,5200	14/07/2025	Não
9	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	36	MINUTOS	R\$ 0,0000	03/07/2025	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	66000	MINUTOS	R\$ 0,4300	27/06/2025	Não
11	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	1800	MINUTOS	R\$ 0,2800	27/06/2025	Não
12	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4717	MINUTOS	R\$ 46,8000	26/06/2025	Não
13	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	30000	MINUTOS	R\$ 0,1266	25/06/2025	Não
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	60000	MINUTOS	R\$ 0,0002	18/06/2025	Sim
15	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	7803	MINUTOS	R\$ 0,4500	16/06/2025	Não
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20000	MINUTOS	R\$ 0,0140	13/06/2025	Sim
17	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	30000	MINUTOS	R\$ 0,0001	04/06/2025	Sim
18	I	PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	24	MINUTOS	R\$ 342,6500	03/06/2025	Não
i19	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	1200000	MINUTOS	R\$ 0,2700	02/06/2025	Não
20	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	252000	MINUTOS	R\$ 0,0800	16/05/2025	Sim
21	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	30	MINUTOS	R\$ 0,0000	16/05/2025	Sim
22	I	UFESBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - Compras.gov.br	264000	MINUTOS	R\$ 0,0001	14/05/2025	Sim
23	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	7500	MINUTOS	R\$ 0,0700	13/05/2025	Sim
		DEPARTAMENTO DE POLICIA					

24	I	FEDERAL - Compras.gov.br	7500	MINUTOS	R\$ 0,0500	13/05/2025	Sim
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	10000	MINUTOS	R\$ 0,1700	13/05/2025	Não
26	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	210000	MINUTOS	R\$ 0,3000	31/03/2025	Não
i27	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	9600	MINUTOS	R\$ 0,1800	20/03/2025	Sim
i28	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4200	MINUTOS	R\$ 0,1800	20/03/2025	Sim
29	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2400	MINUTOS	R\$ 0,2500	14/03/2025	Não
30	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	200	MINUTOS	R\$ 0,6000	13/03/2025	Não
31	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	114180	MINUTOS	R\$ 0,1600	13/03/2025	Sim
32	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	105444	MINUTOS	R\$ 0,1600	13/03/2025	Sim
33	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	18492	MINUTOS	R\$ 0,2200	13/03/2025	Sim
34	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	12000	MINUTOS	R\$ 0,2200	13/03/2025	Sim
35	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	15000	MINUTOS	R\$ 0,1800	06/03/2025	Sim
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 8.870,2100	21/02/2025	Não
37	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 650,0000	20/02/2025	Não
38	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 5.980,0000	19/02/2025	Não
39	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 5.980,0000	19/02/2025	Não
i40	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	5400	MINUTOS	R\$ 0,0100	18/02/2025	Sim
41	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	15000	MINUTOS	R\$ 0,1800	06/02/2025	Não
42	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	MINUTOS	R\$ 0,0001	24/01/2025	Sim
43	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - Compras.gov.br	50000	MINUTOS	R\$ 0,1500	20/01/2025	Não
44	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	2000	MINUTOS	R\$ 5,0000	15/01/2025	Não
45	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	2000	MINUTOS	R\$ 5,0000	15/01/2025	Não
46	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	MINUTOS	R\$ 1100,0000	07/01/2025	Não
47	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	3600	MINUTOS	R\$ 0,9500	31/12/2024	Não
i48	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4950	MINUTOS	R\$ 0,1300	30/12/2024	Sim
i49	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	9000	MINUTOS	R\$ 0,3000	29/12/2024	Não
i50	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	300	MINUTOS	R\$ 0,6000	25/12/2024	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

26131 - Chamadas nacionais fixo-fixo stfc-ldn-ff (degraus 1 a 4)

MINUTOS

400

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coefficiente de Variação: 118,5841%

R\$ 0,0000

R\$ 0,1017

R\$ 0,0509

Desvio Padrão: 0,1206

Maior Preço: R\$ 0,4900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	7200	MINUTOS	R\$ 0,0002	06/08/2025	Sim
2	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	80000	MINUTOS	R\$ 0,5500	29/07/2025	Não
3	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	92	MINUTOS	R\$ 20,0000	16/07/2025	Não
4	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	614	MINUTOS	R\$ 20,0000	16/07/2025	Não
5	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	17500	MINUTOS	R\$ 0,2800	16/07/2025	Não
6	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	6000	MINUTOS	R\$ 0,4486	14/07/2025	Não
7	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	36	MINUTOS	R\$ 0,0000	03/07/2025	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6000	MINUTOS	R\$ 0,5500	27/06/2025	Não
9	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	30000	MINUTOS	R\$ 0,5500	27/06/2025	Não
10	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	3840	MINUTOS	R\$ 0,4900	27/06/2025	Não
11	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	3000	MINUTOS	R\$ 0,4900	27/06/2025	Sim
12	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	480	MINUTOS	R\$ 0,3000	27/06/2025	Sim
13	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1222	MINUTOS	R\$ 37,1341	26/06/2025	Não
14	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	115	MINUTOS	R\$ 26,5913	26/06/2025	Não
15	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	30000	MINUTOS	R\$ 0,0509	25/06/2025	Sim
16	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	30000	MINUTOS	R\$ 0,0488	25/06/2025	Sim
17	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	30000	MINUTOS	R\$ 0,0488	25/06/2025	Sim
18	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	60000	MINUTOS	R\$ 0,0488	25/06/2025	Sim
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	150000	MINUTOS	R\$ 0,0002	18/06/2025	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4710	MINUTOS	R\$ 0,5500	16/06/2025	Não
21	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5000	MINUTOS	R\$ 0,0020	13/06/2025	Sim
22	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	18000	MINUTOS	R\$ 0,0001	04/06/2025	Sim
i23	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	120000	MINUTOS	R\$ 0,6600	02/06/2025	Não
		BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL					

24	I	GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	102000	MINUTOS	R\$ 0,1000	16/05/2025	Sim
25	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	30	MINUTOS	R\$ 0,0000	16/05/2025	Sim
26	I	UFESBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - Compras.gov.br	39600	MINUTOS	R\$ 0,0001	14/05/2025	Sim
27	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	1500	MINUTOS	R\$ 0,0900	13/05/2025	Sim
28	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	1500	MINUTOS	R\$ 0,0500	13/05/2025	Sim
29	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	5000	MINUTOS	R\$ 0,0800	13/05/2025	Sim
i 30	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	55500	MINUTOS	R\$ 0,7500	11/05/2025	Não
31	I	ESP-CASA MILITAR - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 37.545,8000	08/05/2025	Não
32	I	CONSELHO REG. DOS TECNICOS INDUSTRIAIS 4ª-SC - Compras.gov.br	12	MINUTOS	R\$ 324,3300	22/04/2025	Não
33	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	240000	MINUTOS	R\$ 0,2500	31/03/2025	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	105000	MINUTOS	R\$ 0,2500	31/03/2025	Sim
35	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4320	MINUTOS	R\$ 0,5500	31/03/2025	Não
36	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4320	MINUTOS	R\$ 0,5500	31/03/2025	Não
37	I	CONSELHO REG. DOS TECNICOS INDUSTRIAIS 4ª-SC - Compras.gov.br	12	MINUTOS	R\$ 370,0000	31/03/2025	Não
38	I	CONSELHO REG. DOS TECNICOS INDUSTRIAIS 4ª-SC - Compras.gov.br	12	MINUTOS	R\$ 189,0000	31/03/2025	Não
39	I	CONSELHO REG. DOS TECNICOS INDUSTRIAIS 4ª-SC - Compras.gov.br	12	MINUTOS	R\$ 189,0000	31/03/2025	Não
i 40	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3000	MINUTOS	R\$ 0,1000	20/03/2025	Sim
41	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	6000	MINUTOS	R\$ 0,2000	14/03/2025	Sim
42	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	200	MINUTOS	R\$ 0,6000	13/03/2025	Não
43	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	57090	MINUTOS	R\$ 0,1600	13/03/2025	Sim
44	I	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - Compras.gov.br	8496	MINUTOS	R\$ 0,0700	13/03/2025	Sim
45	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6000	MINUTOS	R\$ 0,1800	06/03/2025	Não
46	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6000	MINUTOS	R\$ 0,1800	06/03/2025	Não
47	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	65935	MINUTOS	R\$ 0,2800	24/02/2025	Não
48	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 1.019,0500	21/02/2025	Não
49	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 2.980,0000	20/02/2025	Não
50	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	MINUTOS	R\$ 1.482,4000	20/02/2025	Não

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item

27731 - Assinatura de entroncamento digital bidirecional e1

Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Quantidade

3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,0000

Média

R\$ 297,1875

Mediana

R\$ 371,8750

Coefficiente de Variação: 61,0467%

Desvio Padrão: 181,4231



Maior Preço: R\$ 445,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 7.836,0000	15/08/2025	Não
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 768,0000	13/08/2025	Não
3	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 569,0000	06/08/2025	Não
4	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 39.999,6000	06/08/2025	Não
5	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 110.000,0000	06/08/2025	Não
6	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 230.000,0000	06/08/2025	Não
7	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	30	UNIDADE	R\$ 2.250,0000	29/07/2025	Não
8	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 445,0000	29/07/2025	Sim
9	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 8.321,8000	23/07/2025	Não
10	I	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 49.950,0000	18/07/2025	Não
11	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - CE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 14.687,9000	16/07/2025	Não
12	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R\$ 677,0000	14/07/2025	Não
i13	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-MT - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 1.690,0000	13/07/2025	Não
14	I	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES - MRE - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 4.144,8500	07/07/2025	Não
15	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	36	UNIDADE	R\$ 443,7500	03/07/2025	Sim
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 4.440,0000	03/07/2025	Não
17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 19.180,0000	02/07/2025	Não
18	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 532,0000	25/06/2025	Não
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 300,0000	18/06/2025	Sim
i20	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 11.980,0000	16/06/2025	Não
i21	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 15.075,0000	16/06/2025	Não
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R\$ 700,0000	13/06/2025	Não
i23	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO - RJ - Compras.gov.br ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO	12	UNIDADE	R\$ 1.790,5500	10/06/2025	Não

24	I	PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 10.300,0000	10/06/2025	Não
25	I	MINISTERIO DO TURISMO - MTUR - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 1.548,0000	10/06/2025	Não
26	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 198.645,0000	05/06/2025	Não
27	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 28.200,0000	04/06/2025	Não
28	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 0,0000	03/06/2025	Sim
i29	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	48 UNIDADE	R\$ 786,0000	02/06/2025	Não
30	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 7.000,0000	02/06/2025	Não
31	I	SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 18.456,0000	30/05/2025	Não
32	I	CONSELHO REG. DOS TECNICOS INDUSTRIAIS - RJ - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 600,0000	29/05/2025	Não
33	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
34	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
35	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
36	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
37	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
38	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
39	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
40	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
41	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
42	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
43	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
44	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
45	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
46	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
47	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.948,8000	28/05/2025	Não
48	I	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 9.790,8000	28/05/2025	Não
i49	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO - RJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 13.249,9000	27/05/2025	Não
i50	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 11.986,0000	20/05/2025	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item

26093 - Assinatura de ddr

Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Quantidade

300

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,0000

Média

R\$ 0,0009

Mediana

R\$ 0,0000

Coefficiente de Variação: 322,2222%

Desvio Padrão: 0,0029

Maior Preço: R\$ 0,0100

Método de cálculo adotado: Mediana


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 99,0000	13/08/2025	Não
2	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	888	UNIDADE	R\$ 65,0000	06/08/2025	Não
3	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 0,0000	06/08/2025	Sim
4	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 999,6000	06/08/2025	Não
5	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 69,0000	29/07/2025	Não
6	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 740,0000	29/07/2025	Não
7	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 750,0000	29/07/2025	Não
8	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 650,0000	29/07/2025	Não
9	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	36	UNIDADE	R\$ 0,0000	03/07/2025	Sim
10	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 490,0000	27/06/2025	Não
11	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	6000	UNIDADE	R\$ 0,5000	18/06/2025	Não
i12	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 499,0000	04/06/2025	Não
13	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0000	04/06/2025	Sim
14	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 0,0000	03/06/2025	Sim
15	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 0,0000	03/06/2025	Sim
16	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 0,0000	03/06/2025	Sim
17	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 0,0000	03/06/2025	Sim
18	I	PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	24	UNIDADE	R\$ 4.500,0000	03/06/2025	Não
i19	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	72	UNIDADE	R\$ 131,0000	02/06/2025	Não
20	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 21.193,5000	02/06/2025	Não
21	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	30	UNIDADE	R\$ 0,0000	16/05/2025	Sim
22	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	600000	UNIDADE	R\$ 0,2600	13/05/2025	Não
23	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	600000	UNIDADE	R\$ 0,3300	13/05/2025	Não
		DEPARTAMENTO DE POLICIA					

24	I	RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	57600	UNIDADE	R\$ 5,0000	28/04/2025	Não
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 5.760,0000	27/04/2025	Não
i 26	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	36	UNIDADE	R\$ 540,0000	22/04/2025	Não
27	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	36	UNIDADE	R\$ 595,0000	18/03/2025	Não
28	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0000	13/03/2025	Sim
29	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	200	UNIDADE	R\$ 63,0000	07/03/2025	Não
30	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 0,0100	21/02/2025	Sim
31	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 10.200,0000	20/02/2025	Não
32	I	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO EST. DO PIAUI - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 15.219,6000	13/02/2025	Não
33	I	SECRETARIA MUNICI. DA PESSOA COM DEFICIENCIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 25.992,0000	12/02/2025	Não
34	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 130.214,0000	03/02/2025	Não
35	I	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	30	UNIDADE	R\$ 380,0000	03/02/2025	Não
36	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 0,0001	24/01/2025	Sim
37	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 565,0000	20/01/2025	Não
38	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 247,5600	16/01/2025	Não
39	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 942,0000	15/01/2025	Não
40	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 942,0000	15/01/2025	Não
41	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 1,3500	07/01/2025	Não
42	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 3,0000	07/01/2025	Não
43	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 1,3000	07/01/2025	Não
44	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	24	UNIDADE	R\$ 60,4800	31/12/2024	Não
45	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 357,0000	27/12/2024	Não
46	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	36	UNIDADE	R\$ 65,1900	24/12/2024	Não
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	36	UNIDADE	R\$ 65,1900	24/12/2024	Não
i 48	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 113,0400	16/12/2024	Não
49	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	120	UNIDADE	R\$ 20,0000	07/11/2024	Não
50	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	UNIDADE	R\$ 20,0000	07/11/2024	Não

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 17/08/2025 14:00

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Rua São Nicolau 210, 5º Andar - Bairro Centro, Diadema/SP, CEP 09913-030
Telefone: 4044-0500 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.unifesp.br

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 23089.012960/2025-51

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

A Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, com sede na Rua Sena Madureira, nº 1500, na cidade de São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.453.032/0001-74, neste ato representada pelo Prof.º Dr. Dário Santos Júnior, nomeado pela Portaria nº 3.522 de 06 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 08 de setembro de 2022, portador da matrícula funcional nº 1623569, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90113/2025, processo administrativo nº 23089.012960/2025-51, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) a ser executado de forma contínua, prevendo a destinação de entroncamentos digitais (E1) com garantia de qualidade de serviço, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção de equipamentos e suporte técnico preventivo, corretivo e adaptativo, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 90113/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
GRUPO 1								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos Limites para as Adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas

condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados

pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado

tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Modelo Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Nascimento Lima, Administrador(a)**, em 20/01/2026, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3165800** e o código CRC **892BAA76**.

ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Referência: Processo nº 23089.012960/2025-51

SEI nº 3165800